



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

JOSÉ CARLOS CASTRO DA SILVA

**A CONFIGURAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESPAÇO PERIURBANO DE
MARANGUAPE (CE).**

FORTALEZA

2023

JOSÉ CARLOS CASTRO DA SILVA

**A CONFIGURAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESPAÇO PERIURBANO DE
MARANGUAPE (CE).**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes

FORTALEZA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S58c Silva, José Carlos Castro da.
A configuração da agricultura no espaço periurbano de Maranguape (CE) / José Carlos Castro da Silva. – 2023.
99 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Curso de Geografia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes.

1. Agricultura. 2. Periurbanização. 3. Relação campo e cidade. 4. Maranguape. I. Título.

CDD 910

JOSÉ CARLOS CASTRO DA SILVA

A CONFIGURAÇÃO DA AGRICULTURA NO ESPAÇO PERIURBANO DE
MARANGUAPE (CE).

Monografia apresentada ao Curso de Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes

Aprovada em: 06/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Iara Rafaela Gomes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Felipe Rodrigues Leitão
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À minha mãe, Maria Cirleide de Castro Ferreira que, apesar de todas as dificuldades, sempre me apoiou e incentivou a estudar e possibilitou ser quem eu sou hoje.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Maria Cirleide de Castro Ferreira, por ter sempre sido a minha grande heroína, ter acreditado, e cuidado de mim, me garantindo uma educação de qualidade apesar de todas as adversidades. Ao meu padrasto, Francisco Raimundo Ferreira, pelo enorme auxílio em todos estes anos.

Aos meus irmão e irmã, Victor Manuel Castro da Silva e Cirlene Castro da Silva, por todo o companheirismo, apoio, por terem me incentivado nos momentos difíceis e pelos momentos de felicidade ao longo da vida.

A minha orientadora, professora Iara Rafaela Gomes, por toda a paciência, enorme compreensão e empatia, me proporcionando um suporte inestimável para a realização deste trabalho. Também agradeço a oportunidade dentro do campo da pesquisa durante a graduação, o que me rendeu experiências muito proveitosas.

Dedico este trabalho a memória de minha querida avó dona Antônia Soares de Castro, que foi uma peça-chave na minha vida e que sempre me fez acreditar em meus sonhos, e também em memória do meu tio, Francisco Idelmar Soares de Castro, por ter sempre apostado no meu potencial e incentivado a seguir em frente.

Aos meus colegas do semestre 2017.1, e em especial aos meus amigos do curso de geografia, Klinsman Gledson, Rogerio Arrais, Luis Felipe, Michael e Carlos Eduardo, por serem meus companheiros argonautas durante essa jornada e também Wellington e Hernany Luiz pelos diálogos e encorajamento.

Agradeço aos colegas e professores do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), pela oportunidade ímpar de aquisição de conhecimentos acerca da geografia urbana durante os anos de graduação. Minha mais profunda gratidão ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação (NUPEGA) que inspirou o tema deste trabalho e me concedeu o ponto de partida para o início de sua construção.

Aos professores convidados para a avaliação da monografia: Maria Clélia Lustosa Costa (UFC) e Felipe Rodrigues Leitão (UECE) que logo se disponibilizaram para a avaliação; e pelas importantes contribuições.

A Universidade Federal do Ceará, por proporcionar um ambiente de ensino acessível e de qualidade e por estimular a progressão acadêmica através de programas como a Bolsa de Iniciação Acadêmica (BIA) por meio da PRAE/UFC; e a Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) ofertado pela PROGRAD/UFC.

*“O geógrafo é, antes de tudo, um filósofo,
e os filósofos são otimistas, porque diante
deles está a infinidade.”*

(Milton Santos)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a ocorrência da agricultura na área periurbana do Município de Maranguape (CE). Este objeto de estudo se insere no contexto do acelerado processo de urbanização que se iniciou a partir da década de 1970 em Maranguape. Sendo marcado pela criação da Região Metropolitana de Fortaleza. Na égide deste processo se iniciou as políticas de incentivo fiscal destinadas ao fomento da indústria em Maranguape, em contraste com a redução da participação da agropecuária no PIB do município. Dessa forma houve o redesenho da dinâmica socioeconômica, proporcionada pela expansão das fronteiras da cidade, assimilando espaços antes pertencentes ao perímetro rural. Essas áreas de borda desenvolvidas no entorno da cidade, apresentam o fenômeno da plurifuncionalidade resultado da presença de atividades de natureza rural e urbana. Com a proposta de compreender melhor a atuação da agricultura neste perímetro no município de Maranguape, se buscou caracterizar as suas particularidades, realizando um delineamento desta faixa em conjunto com a investigação acerca da atuação da atividade agrícola, compreendendo a dinâmica associada a sua localização, método de produção e escoamento, entendendo a sua importância como atividade econômica e ocupação trabalhista. A metodologia se baseou inicialmente na pesquisa bibliográfica e leitura do material selecionado, pesquisa documental, pesquisa de dados estatísticos e posteriormente pesquisa de campo. Os dados secundários foram principalmente extraídos a partir dos censos agropecuários e demográficos. Este conjunto de informações possibilitam a visualização do comportamento da atividade agrícola em Maranguape, e sobremaneira o funcionamento da produção na área de entorno da cidade. A agricultura periurbana neste contexto, se desenvolve na égide das transformações urbanas ao mesmo tempo que conserva aspectos da ruralidade, promovendo um modelo distinto de funcionamento. Este fenômeno demonstra o aspecto de continuidade e complementaridade observado na relação campo e cidade, que em suma se constituem como peças de um mesmo quebra-cabeça.

Palavras-chave: agricultura, periurbanização, relação campo e cidade, Maranguape.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the occurrence of agriculture in the peri-urban area of the Municipality of Maranguape (CE). This object of study is part of the context of the accelerated urbanization process that began in the 1970s in Maranguape. Being marked by the creation of the Metropolitan Region of Fortaleza. At the beginning of this process, fiscal incentive policies aimed at promoting industry in Maranguape were initiated, in contrast to the reduction in the share of agriculture in the municipality's GDP. In this way, the socioeconomic dynamics were redesigned, brought about by the expansion of the city's borders, assimilating spaces that previously belonged to the rural perimeter. These edge areas developed around the city present the specificity of plurifunctionality resulting from the presence of activities of a rural and urban nature. With the aim of better understanding the performance of agriculture in this perimeter in the municipality of Maranguape, we sought to characterize its particularities, carrying out a delineation of this range in conjunction with the investigation into the performance of agricultural activity, understanding the dynamics associated with its location, production method and flow, understanding its importance as an economic activity and labor occupation. The methodology is initially based on bibliographic research and reading of selected material, documentary research, statistical data research and later field research. Secondary data were extracted mainly from agricultural and demographic censuses. This set of information makes it possible to visualize the behavior of agricultural activity in Maranguape, and particularly the functioning of production in the area surrounding the city. Peri-urban agriculture in this context develops within the aegis of urban transformations while preserving aspects of rurality, promoting a distinct operating model. This demonstrates the aspect of continuity and complementarity observed in the relationship between countryside and city, which in short appears to be concrete as pieces of the same puzzle.

Keywords: agriculture, peri-urbanization, country and city relationship, Maranguape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa de localização de Maranguape e distritos.....	14
Figura 2 –	Maranguape – Evolução da População.....	44
Figura 3 –	Participação dos setores de atividades no Produto Interno Bruto de Maranguape – PIB (1999 – 2015).....	45
Figura 4 –	Empregos formais em Maranguape 2015.....	47
Figura 5 –	Unidades Geoambientais de Maranguape.....	51
Figura 6 –	Mapa dos Municípios da região metropolitana de Fortaleza.....	56
Figura 7 –	Maranguape – Condições do proprietário em relação a terra.....	67
Figura 8 –	Logo da Cooperfam - CE.....	71
Figura 9 –	Zoneamento por situação censitária em Maranguape.....	75
Figura 10 –	Delimitação da Área Periurbana em Maranguape.....	76
Figura 11 –	Mapa de bairros do distrito sede de Maranguape.....	77
Figura 12 –	Mapa do bairro Santos Dumont em Maranguape	78
Figura 13 –	Portão de entrada da Hidroponia.....	79
Figura 14 –	Rua de acesso para Hidroponia.....	79
Figura 15 –	Vista interna da propriedade	80
Figura 16 –	Interior da hidroponia	81
Figura 17 –	Produção de alfaces hidropônicas.....	82
Figura 18 –	Alfaces Crespa.....	82
Figura 19 –	Alface crespa no estágio intermediário de maturação.....	83
Figura 20 –	Açude utilizado na propriedade.....	84
Figura 21 –	Reservatório de enriquecimento e reaproveitamento de água.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– PIB Per Capita, Estrutura Setorial do Produto Interno Bruto (Ceará-Fortaleza- Maranguape – 2015).....	47
Tabela 2	– Maranguape - População por Distritos.....	48
Tabela 3	– RMF- População Residente e Taxa de Geométrica de Crescimento...	54
Tabela 4	– Número de estabelecimentos Agrícolas em Maranguape.....	67
Tabela 5	– Produção Agrícola - Lavoura Permanente.....	68
Tabela 6	– Produção Agrícola - Lavoura Temporária.....	69
Tabela 7	– Número de estabelecimentos por grupo de área em Maranguape.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROMAP	Feira de Agricultura Familiar de Maranguape
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CE	Ceará
CEASA	Central de Abastecimento do Ceará
COOPERFAM	Cooperativa Agroecológica da Agricultura Familiar do Caminho de Assis
D.I	Distrito Industrial
DIF	Distrito Industrial de Fortaleza
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ITR	Imposto Territorial Rural
LAPUR	Laboratório de Planejamento Urbano e Regional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MG	Minas Gerais
NUPEGA	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação
ONG	Organização não governamental.
PA	Pará
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDP	Plano Diretor Participativo
PIB	Produto Interno Bruto
PLANDIRF	Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza
PRAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PUI	<i>Peri-urban Interface</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RJ	Rio de Janeiro
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEAGRI	Secretaria da Agricultura e Pecuária
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. RELAÇÃO CAMPO E CIDADE: O PERIURBANO NO BRASIL.....	20
1.1 O espaço rural e a nova ruralidade.....	20
1.2 O conceito de cidade no Brasil.....	23
1.2.1 Estatuto da Cidade e o Plano Diretor.....	27
1.3 O que é espaço periurbano?.....	31
1.4 Agricultura urbana e periurbana.....	35
2. EXPANSÃO URBANA DE MARANGUAPE, METROPOLIZAÇÃO E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	42
2.1 Caracterização de Maranguape.....	42
2.2 Aspectos naturais.....	49
2.3 Maranguape no Contexto da Região Metropolitana de Fortaleza.....	52
2.4 Histórico acerca do uso e ocupação do solo em Maranguape.....	59
3. REFLEXÕES ACERCA DA AGRICULTURA PERIURBANA EM MARANGUAPE.....	65
3.1 Metodologia da Pesquisa	65
3.1.1 Matriz de dados.....	65
3.2 Breve apresentação da agropecuária em Maranguape.....	66
3.3 Delimitação do Espaço Periurbano em Maranguape.....	72
3.4 A atividade agrícola no espaço periurbano de Maranguape.....	79
3.5 Síntese da análise de resultados.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
APÊNDICES.....	98

INTRODUÇÃO

Como se caracteriza a agricultura no espaço periurbano de Maranguape? Foi com base nessa primeira indagação que buscamos refletir sobre o objeto desta pesquisa. A priori, tínhamos o entendimento de Maranguape como mais um município integrante da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) com sua economia baseada no setor de indústria e serviços, com pouca relevância no setor agrícola, tendo como um de seus principais diferenciais a presença da serra homônima. Por conta disso, a abordagem acerca da agricultura na área de borda da cidade neste recorte espacial se mostrava envolta por enigmas a serem decifrados. Apesar disto, tínhamos convicção que a investigação deste tema poderia se mostrar frutífera e contribuir significativamente com o entendimento acerca da configuração rural e urbana presente no município.

Maranguape se encontra sob a área de influência de Fortaleza (REGIC, 2013), e passou por grandes transformações nas últimas décadas, devido em especial ao rápido processo de industrialização ocasionando o aumento demográfico na área citadina e redefinindo os limites do espaço urbano.

O município se localiza na parte sudeste da Região Metropolitana de Fortaleza, apresentando como via de acesso principal para Fortaleza a CE-065. A distância de seu centro para o de Fortaleza é de cerca de 20 quilômetros, tendo 590,824 km² de área total. A sua densidade demográfica é de 192,19 hab./km², substancialmente menor que a de Fortaleza de 7 775,4 hab./km², conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE,2012). Sua área urbana se configura pela cidade de Maranguape, seu distrito sede e mais dezesseis vilas distritais: Sapupara, Penedo Ladeira Grande, Lajes, Umarizeiras, Jubaia, Cachoeira, Papara, Tanques, Amanari, Antônio Marques, Vertente do Iajedo, São João do Amanari, Manoel Guedes, Itapebussu e Lagoa do Juvenal (OLIVEIRA, 2001).

Podemos visualizar esta conformação no mapa a seguir:

perda tanto em território quanto em população, bem como redefiniu seus aspectos socioeconômicos. A gestão municipal teve que lidar com o fechamento de fábricas, gerando desemprego e problemas administrativos. Também se observou o declínio da agropecuária devido à ausência de incentivos por parte do Estado, dificultando a permanência dos agricultores (OLIVEIRA, 2001).

Ainda segundo a autora, na década de 1990, continuou por manifestar alterações relacionadas aos municípios que fizeram parte do processo de reestruturação em função do crescimento industrial e desenvolvimento do potencial agrícola. Sendo o primeiro atrelado a política de incentivos na esfera estadual e o segundo devido mercado de consumo agrícola metropolitano.

O município foi assimilado pela tendência nacional de crescimento do setor terciário, que apresentou um vertiginoso aumento na participação no PIB municipal a partir dos anos 1980. Este aumento se deu em paralelo à expansão da área urbana, com destaque para o surgimento do comércio informal. Tais aspectos apontam para a reestruturação nas relações socioeconômicas que o município vem passando, não se dando apenas pelo crescimento urbano, mas também na relação do rural com o urbano.

Durante os anos 1990 houve o prosseguimento das transformações no município influenciado pela reestruturação de seu espaço, resultante do crescimento industrial, estimulado pelos incentivos estaduais, bem como no potencial agrícola motivado pelo mercado metropolitano. Mendes (2006) destaca a mudança no quadro de ocupação demográfica do município a partir da década de 1980, no qual parte considerável do contingente populacional passa a integrar o setor secundário e terciário, reflexo da inserção no processo de metropolização, que exercia forte pressão de industrialização das atividades agrícolas.

A Agricultura juntamente com a pecuária foram gradativamente perdendo espaço como protagonistas da composição econômica do município e como meio de ocupação, resultado do êxodo rural que impulsionou o esvaziamento do campo e, conseqüentemente, maior ocupação do espaço urbano, em especial da sede do município.

Tal processo ocorreu dentro de um período que pode ser breve, e até considerado abrupto, o que fez com que ainda hoje tenhamos aquilo que entendemos como reminiscências do rural no espaço urbano. Ao tratar em especial dos espaços considerados como de borda, se observa um forte aspecto de

transitividade, onde não se pode observar de maneira evidente a completa assimilação do modo de vida urbano em face do modo de vida rural. A agricultura neste contexto, faz parte de um complexo conjunto de atividades que são executadas no espaço periurbano do município, proporcionando um meio de sustento para diversas das famílias locais e a manutenção de certas tradições em sua pauta produtiva.

Vale (2005) ressalta que a geografia brasileira expõe certa carência no tocante a trabalhos dirigidos aos espaços do entorno urbano, no qual, apesar de não terem sido completamente assimilados pela cidade, apresentam um número crescente de mutações sociais e econômicas. A mescla entre as atividades rurais e não rurais existentes nestes espaços, propicia dificuldade para a definição de suas paisagens como simplesmente rurais ou urbanas. A soma disso com a falta de percepção desta faixa territorial como dotada de extrema importância devido a sua plurifuncionalidade, é o que poderia ser entendido como possível motivo do desinteresse por parte dos pesquisadores no estudo desta temática dentro do cenário nacional.

A autora ainda acentua o seguinte: a importância de antes que se busque a definição e conceituação do espaço periurbano, é necessário inicialmente, que se busque delimitar e definir os conceitos referentes a espaço rural e urbano. Do mesmo modo, é fundamental refletir também sobre as novas relações entre campo e cidade, na égide do profundo processo de urbanização que se desenvolve no Brasil. Tendo em vista que, o espaço periurbano em sua pluralidade, abarca aspectos característicos de ambas as realidades.

Com base nesta conjuntura, a agricultura urbana e periurbana (AUP) passa a adquirir maior visibilidade em consonância com o aumento exponencial da população, em especial na área das cidades e de seu entorno, o que gerou a preocupação, por exemplo, com a demanda pela ampliação da oferta de alimentos no cenário nacional. A partir disso se iniciou a busca por modelos sustentáveis de produção capazes de se adequar a realidade urbana e periurbana, proporcionando a conservação ambiental e o bem-estar social.

Dessa forma, acreditamos seguramente que Maranguape é um excelente objeto para entendermos o tema da periurbanização. Particularmente em relação a este município, se busca o resgate histórico de sua expansão urbana, com vista a discutir o corolário de sua ocupação e o fomento da atividade agrícola em seu

perímetro periurbano (que obviamente não pode ser entendido sem suas relações indissociáveis com seu entorno urbano e rural).

Para isto, esta pesquisa tem como ponto de partida, compreender como se configura a agricultura no município de Maranguape, em especial aquela que se estabelece em seu espaço periurbano. Para isto, detalhamos este objetivo principal em alguns objetivos específicos, que seriam: Discutir o conceito de espaço periurbano; investigar a atividade agrícola no município de Maranguape e seus desdobramentos no perímetro periurbano municipal; e analisar o uso da terra agrícola em Maranguape.

Como estratégia metodológica a pesquisa se baseou no método de pesquisa descritiva exploratória, por meio do qual foi possível contemplar os objetivos deste trabalho. Dessa forma a construção da fundamentação teórica e do levantamento de dados foi subdividida em quatro partes, caracterizadas por: pesquisa bibliográfica e leitura do material selecionado, pesquisa documental, pesquisa de dados estatísticos e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica e documental se deu por meio da consulta em bibliotecas públicas presentes em Fortaleza e Maranguape, também foi consultado o acervo digital de instituições acadêmicas como Universidade Federal do Ceará e Universidade Estadual do Ceará na busca de trabalhos que pudessem contribuir para a pesquisa. Referindo-se a pesquisa documental, as principais fontes utilizadas foram: teses, dissertações, livros, periódicos, programas governamentais e plataformas online de cooperativas e instituições de fomento à agricultura.

Com relação aos dados estatísticos usufruímos das informações contidas nos censos, mapas, anuários estatísticos entre outras fontes secundárias. Neste sentido fazemos uso constantemente aos censos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que incluem o demográfico e agropecuário, e aos dados emitidos pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), a plataforma do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre outros.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro tem como foco a difícil missão de discutir o espaço periurbano e a AUP, iniciando com o debate acerca dos limites que definem o espaço rural e urbano conceitualmente. Para isso, a priori, trazemos a questão acerca do rural, mais precisamente de suas características e de que forma o meio urbano exerce sua crescente influência sobre

ele. Desta forma buscamos debater diferentes discursos associados a significação do meio rural e de que forma podemos introduzir a ideia de “novo rural” a partir de aspectos da cultura, valores e atividades exercidas neste espaço. Na sequência, abordamos o fenômeno da urbanização com base nas formulações elaboradas por Fani (2007), Corrêa (2004), Harvey (2008), entre outros. Buscamos dessa forma abordar para além do dilema conceitual a forma jurídica pelo qual o tema da urbanização se desenvolve no Brasil.

Ainda no primeiro capítulo, buscamos tratar acerca do espaço periurbano, descrevendo a sua origem como conceito e de que forma foi introduzido no debate acadêmico brasileiro. Usualmente o espaço periurbano é compreendido como consequência da cidade difusa também conhecida como (contra-urbanização). Ou seja, este espaço é formado pela assimilação de espaços rurais que detêm proximidade com a cidade através da expansão urbana, porém esta faixa territorial acaba por manter reminiscências do modo de vida rural ocasionando um espaço multifuncional onde elementos de ambas as realidades são identificados. A partir disso buscamos apresentar o fenômeno da Agricultura Urbana e Periurbana que se desenvolveu atrelado ao crescimento das cidades e a procura por meios alternativos de produção alimentar.

O segundo capítulo se inicia buscando caracterizar a configuração econômica, social e demográfica de Maranguape usando por base de séries históricas de dados. Além disso, é levantado os aspectos da geografia física do município possibilitando compreender os condicionantes naturais que influenciam no uso e ocupação do município. Em seguida busca contextualizar Maranguape em relação a região metropolitana de Fortaleza objetivando compreender a posição que o município exerce frente à lógica metropolitana bem como a influência que esse sistema impõe sobre o ordenamento territorial do município. Por último, se buscou resgatar o histórico acerca do uso e ocupação do solo agrícola em Maranguape como forma de discutir a composição econômica do município até meados do século XX, quando se iniciou o processo de industrialização.

No terceiro e último capítulo, além de tratar especificamente acerca da composição do setor agropecuário de Maranguape, buscou-se abordar a espacialização da área urbana do município, possibilitando a definição da faixa periurbana com base no zoneamento oferecido pelo IBGE. Ademais são apresentados e discutidos os dados adquiridos em campo fruto da visita a uma

propriedade rural na área urbana do bairro Santos Dumont, que faz parte do distrito sede de Maranguape. Esta visita possibilitou o catálogo de informações sobre o processo produtivo e a logística associada com a localização do estabelecimento na faixa periurbana.

Por fim discorreremos acerca das considerações finais onde buscamos sintetizar o conjunto de informações e ideias que foram tratados no trabalho, sem, no entanto, elevar as afirmações proferidas ao patamar de verdades irrefutáveis. Reconhecemos com isso, que a realidade é imbuída de complexidade devido às constantes transformações que decaem sobre ela, por tanto, esta pesquisa traz consigo além de algumas respostas, certas indagações que esperamos que possam ser consideradas em futuros trabalhos e discussões.

1. RELAÇÃO CAMPO E CIDADE: O PERIURBANO NO BRASIL

O presente capítulo tem por objetivo discutir o conceito de espaço periurbano e a sua repercussão no Brasil, assim como a análise da ocorrência da agricultura urbana e periurbana. Para tanto buscamos inicialmente nos debruçar acerca do espaço rural tendo em foco a nova ruralidade e os seus desdobramentos, em sequência abordamos a discussão acerca do urbano e o seu particular entendimento pela legislação brasileira na definição das fronteiras urbanas. A partir disso buscamos tratar do fenômeno da periurbanização. Desta forma nos concentramos na investigação acerca do surgimento deste conceito, e gênese do debate acerca da sua dimensão espacial, empreendido no campo acadêmico brasileiro. Para isto, foi de fundamental importância para este trabalho entender a sua formação e quais circunstâncias possibilitam a sua ocorrência considerando os elementos que proporcionam seu caráter de multidimensionalidade e transitividade.

Em sequência trataremos acerca da agricultura urbana e periurbana considerando a sua origem e sua recente valorização como alternativa para a produção agropecuária destinada às cidades. A construção deste capítulo demandou síntese bibliográfica e algumas reflexões. Dessa forma nos debruçamos acerca de diferentes autores que vêm estudando este assunto, de modo a promover um apanhado para proporcionar o discernimento deste fenômeno sobre a ótica da geografia urbana brasileira. Começamos por reflexões sobre o espaço rural.

1.1 O espaço rural e a nova ruralidade

O conceito de espaço rural dispõe de um longo repertório de definições que foram construídas no decorrer do tempo, como meio de caracterizar a sua presença e significado. Segundo Kageyama (2008) os fatores específicos que compõem os espaços rurais "...vão, numa escala de complexidade, desde aspectos físicos, como a abundância de superfícies verdes ou naturais, até atitudes e representações simbólicas da ruralidade" (p.48).

O autor ainda busca debater essas definições considerando o espaço rural a partir de seus aspectos geográficos ou mais especificamente a partir da condição de afastamento. Essa perspectiva caracteriza o rural por meio de seu isolamento resultante da distância da dinâmica urbana, em especial no aspecto econômico, o

que dificultaria a insurgência do meio rural devido aos custos elevados para a sua acessibilidade.

Tais condições representam um contraste com o espaço da cidade, no qual se constataram ainda naquele espaço (rural), uma escassez de elementos comuns ao território urbano, como a população caracterizada por alta densidade demográfica e maior distância entre as unidades produtivas. Aspectos naturais também são enfatizados, onde o espaço rural apresentaria uma maior abundância de recursos naturais e, por consequência maior possibilidade de desenvolvimento da atividade agropecuária.

Outro segmento teórico, busca uma oposição a essa visão, na tentativa de romper o paradigma tradicionalista que condenaria o território rural ao atraso material e cultural, detentor de um modo de vida obsoleto e esvaziamento demográfico em oposição à cidade e à modernidade do urbano e da indústria. Esta perspectiva se centra na ideia de nova ruralidade, que foi concebida a partir da crítica da visão tradicional por não considerar aspectos da dinâmica rural no espaço nacional e internacional. Essa dinâmica pode ser entendida por meio do:

a) aumento da diversidade de usos no rural com novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esporte e lazer); b) consequente aumento dos empregos não-agrícolas e relativa redução dos empregos agrícolas, como pode ser observado no levantamento das ocupações da população rural brasileira realizado por Silva (1997) no âmbito do programa Rurbano e; c) o menor crescimento dos grandes centros urbanos, relacionado também a um aumento da procura do rural por diversos segmentos populacionais, contrariando a visão tradicional de que o rural, enquanto sinônimo de atraso, resulta num movimento migratório unidirecional para as cidades (PORTES, TRAVASSOS, 2016, pág. 4)

Kageyama (2008) enfatiza certos elementos que podem ser intrínsecos a ocorrência da nova ruralidade, tais como: diversificação social por conta das atividades não ligadas à produção rural; a complementaridade com o urbano em contraposição a ideia de antagonismo; crescimento populacional; consideração do patrimônio natural e cultural como aspecto de importância para o desenvolvimento local, e, por fim o surgimento de um novo olhar da questão agrária, que passa a valorizar os papéis dos agricultores na segurança alimentar, juntamente com a preservação do meio ambiente e dos aspectos paisagísticos do espaço rural.

A partir desta leitura, se possibilita visualizar o rural com base na relação que exerce junto ao espaço urbano e não somente por seus aspectos físicos e

demográficos. Pode-se e deve-se explorar as territorialidades provenientes da forte estrutura presente no espaço rural, em conjunto com a sua diversidade que não se limita apenas aos elementos biofísicos, mas também a uma estrutura social diversificada, dessa forma, propiciando um agregado de territorialidades.

Para dar destaque a três principais aspectos do meio rural, quais sejam, a relação com a natureza, a existência de áreas de baixa densidade demográfica e a dependência do meio urbano, Abramovay (2003, p. 51), ressalta a importância do meio rural para a sociedade contemporânea. O contato com o meio natural, neste sentido, se daria não apenas pelo aspecto afetivo e ético, frequentemente idealizado, mas também pelo caráter de geração de renda associado aos moradores do espaço rural. A dispersão populacional atuaria como fator de proximidade e cooperação entre os habitantes do meio rural, em clara oposição ao individualismo presente no meio urbano.

O terceiro e último, se daria pela inclusão do meio rural nas dinâmicas urbanas, proporcionado tanto pela formação de pólos rurais constituídos por pequenos e médios assentamentos que aglutinam serviços básicos, bem como no que poderia ser descrito como maior ou menor dependência do meio rural para com os centros metropolitanos (ABRAMOVAY, 2003).

Portes e Travassos (2017) destacam outras leituras e olhares para analisar as diferentes conformações do rural a partir da estruturação de economias locais e regionais, podendo variar tanto em função e tamanho relativo à sua aproximação com a cidade, bem como com a consequentemente integração entre espaço, atividades, sociedade e cultura. Kageyama et al. (2008) evidenciam a possibilidade de análise das transformações nos espaços agrários e da nova ruralidade a partir dos sistemas alimentares; da pluriatividade; ressaltando ainda a ocorrência do uso do espaço rural destinado ao consumo por meio da recreação, do uso residencial e de usos ambientais.

Apesar da existência de espaço rural em diferentes partes do mundo, Favreto (2013) aponta para aspectos que são especificamente associados à realidade brasileira, representado em três aspectos centrais. Primeiro, as condições socioeconômicas dos moradores da área rural marcado pela pobreza e condições de trabalho precárias; segundo a falta de homogeneidade na modernização do campo em relação a cidade em boa parte do território brasileiro, contrastando com países europeus, tornando o modo de vida no campo limitado pela escassez das facilidades

do meio urbano, reproduzindo a ideia de um modo de vida restrito ao acesso de bens, serviços e mercado de trabalho; e, por fim, o êxodo rural que se desenhou de maneira massiva, impossibilitando a reprodução do campesinato devido a expulsão dos não proprietários e perpetuação dos meios de dominação tradicionais.

Ainda segundo o autor (FAVRETO,2013), às consequências da forma como o meio rural se insere no processo de desenvolvimento brasileiro, geram particularidades que se compreendem por meio de três principais referências:

1. A propriedade como meio de reprodução do patrimônio em especial o fundiário.
2. Relações de pertencimento existentes entre pequenos grupos como meio de resistir ao isolamento, reproduzindo entre si laços de interdependência.
3. A necessidade do meio rural de manter um elo com o espaço urbano, onde seria proporcionado trocas, com ênfase para aquelas realizadas com as sedes municipais.

Por fim, Portes e Travassos (2017) destacam que as mudanças no conceito de rural perpassam pela visualização setorial e territorial, no qual o espaço rural abarca um conjunto de diversidades que contariam com aspectos específicos para a realidade brasileira, em especial relacionados aos excluídos das análises mais tradicionais.

1.2 O conceito de cidade no Brasil

A busca da definição do conceito de cidade não pode ser descrita como uma tarefa fácil, pois ela se materializa em um número indefinido de possibilidades. Podendo ser pensadas como fruto do imaginário humano, bem como “unidades estatísticas e espaciais”, como coloca Vale (*apud* Clarck, 1985). Esta dualidade para o entendimento da cidade se deve em função dos meios pelos quais ela é interpretada. Segundo Fani (2007, p. 45): “A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se quanto às formas de ocupações”. A autora ainda reforça que a ocupação constatada neste espaço se dá por meio das diferentes necessidades, sendo que a sua geração se efetiva no dia a dia da população.

Corrêa (2004) ao mencionar os agentes que seriam responsáveis pela gênese e formação estrutural do espaço urbano, destaca que eles atuam dentro do que seria um marco jurídico que regula as suas ações, todavia isso não significa que este processo seja imbuído de neutralidade, sendo que ocorrem transgressões em favor dos interesses dos agentes dominantes. Estes agentes são descritos como:

a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e) os grupos sociais excluídos". Este último, no entanto, tem por principais características a locação em zonas periféricas e a precariedade de acesso aos serviços e equipamentos urbanos (CORRÊA, 2004, p 12).

A relação estabelecida por estes agentes se desenvolve a partir de padrões variáveis, sendo que continuamente podem ser identificados conflitos resultados de divergências de interesses, bem como alinhamentos em busca da realização de benefícios em comum. Estes arranjos exercidos pelos quatro primeiros agentes, buscam em suma, atender a lógica do sistema capitalista, que se explica a partir da "reprodução dos meios de produção" objetivando a manutenção do processo de acumulação (CORREIA, 2004).

Harvey (2008), salienta que a formação das cidades teve desde o seu princípio o surgimento da concentração social e geográfica do que pode ser chamado de produto excedente. Desta forma a urbanização em seu âmago pode ser caracterizada desde o seu início como um fenômeno de classe, pois segundo este autor, este mesmo excedente precisaria ser retirado de alguém e de algum lugar, ao mesmo passo que o controle sobre a sua disposição seria pertencente a um número limitado de pessoas. Assim como assinalado por Harvey (2008):

Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia (p. 74)

O autor ainda afirma que a necessidade contínua pela busca de novos terrenos lucrativos se apresenta como um fator indissociável da manifestação do capitalismo, sendo que o aproveitamento do excedente produtivo, gerado a partir deste processo, configura o alicerce pelo qual a sua política se desenvolve.

Vale (2005) ressalta que corriqueiramente a cidade é definida a partir de critérios estatísticos, sendo eles descritos como: o qualitativo e quantitativo. Para a autora:

No primeiro caso, a cidade é definida pelas funções administrativas ou pela concessão oficial de um órgão jurídico da cidade (legislação municipal). Utilizam-se também os aspectos e as características urbanas, sem especificá-los, para definir a cidade. No segundo caso, toma-se o tamanho do núcleo baseado no número de habitantes que oscila entre 2.000 a 30.000 (pág 44).

Para além disto, podem ser considerados a presença de atividades de natureza não-agrícola, de forma que a população seja majoritariamente associada a estas atividades, proporcionando um quadro de disparidade com a realidade comumente observada no âmbito rural.

A questão que circunda a definição de urbano, se traduz, como já mencionado, por variados meios pelos quais este espaço pode ser interpretado e reconhecido institucionalmente, fator que apresenta distinções entre os países, tornando irreal a possibilidade de uma definição única de cidade para todos eles. A partir disso, a autora ainda ressalta que: “as definições normativas utilizadas para definir o urbano e o rural possuem padrões diferentes entre os países, inclusive dentro de um mesmo continente” (p. 46). O Brasil, com base nestas condições normativas, segue o critério da delimitação legal, administrativa e governamental.

Este critério se encontra amparado no *Decreto-Lei 311/1938*, que institui a ocupação e ordenamento do solo urbano bem como a taxa de urbanização. Vale ressaltar que, anteriormente a 1938 não se tinha um critério que pudesse distinguir o espaço rural do urbano no Brasil, sendo vigente a lógica estratégica de povoamento. Foi então a partir da vigência deste decreto, que ocorreu a disposição sobre a divisão territorial do país, no dia 2 de março de 1938, este passou a servir de meio para a regulamentação das unidades territoriais do Brasil (contendo validade até os dias atuais). O que se encontra previsto neste desígnio, pode ser descrito no Art. 3º e 4º que estabelecem o papel da sede municipal como cidade e a regulamentação dos distritos respectivamente (OLIVEIRA; MENDES, 2012).

O resultado que ação imperativa de categorizar a cidade e urbano como sinônimos pelo poder administrativo, bem como a desconsideração dos aspectos estruturais e populacionais para definir o que vem a ser área urbana e rural, tem por

finalidade uma divisão territorial com alicerce na autonomia da gestão municipal. Desta forma se mantém a autoridade das prefeituras e subprefeituras distritais, proporcionando episódios de emancipações por parte de distritos que viriam a se tornar municípios independentes.

O IBGE, com base no Decreto-Lei 311/1938, busca definir município, cidade e distritos para fins censitários, da seguinte forma:

[...] constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento se faz por lei estadual, observada a continuidade territorial, a unidade histórico-cultural do ambiente urbano e os requisitos em lei complementar estadual. Essas transformações dependem de consulta prévia às populações diretamente interessadas, através de plebiscito [...] (IBGE, 2000, p.16).

A cidade, por sua vez, poderia ser definida como a “localidade onde se encontra sediada a prefeitura” e os distritos, por sua vez, como “as unidades administrativas municipais” (p.16).

A controversa forma pela qual o estado brasileiro sustenta tais definições, evidencia fragilidades que são identificadas ao se delegar ao poder administrativo municipal, a tarefa de definir os limites urbanos. Sendo a principal delas, o interesse do poder público municipal na arrecadação de impostos relacionados ao critério de localização, a exemplo do IPTU (O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana). Dessa maneira a arrecadação fiscal tende a ter prioridade à frente dos aspectos geográficos urbanísticos. O que se tem como resultado de tais medidas, se traduz geralmente em perímetros urbanos desordenados, repercutindo em um dimensionamento precário e ocupação indiscriminada. Isto se dá sobremaneira, pela ausência de critérios norteadores para a delimitação dos perímetros urbanos, ocasionando problemas relativos à falta de controle urbano (VALE, 2005).

O IBGE, na busca dos dados estatísticos adquiridos por meio do Censos e outras pesquisas, considera a Lei do perímetro urbano como base para qualificação dos setores censitários a serem pesquisados. Isto significa que tais pesquisas seguem os dados dispostos pela prefeitura como meio para identificar, a exemplo da pesquisa do censo demográfico, os domicílios que se encontram na área urbana e dessa forma realizar a aquisição dos dados para realização da contagem da população (IBGE, 2010). É importante salientar que os domicílios fora do perímetro

estabelecido como urbano são vistos automaticamente como rurais, corroborando a percepção de espaço rural como “o resto” ou o que “sobrou” do perímetro urbano.

Em adição a isto, Bernardelli (2006) destaca que tal normativa estabelece uma indagação quanto à categorização demográfica da população que habita nestes espaços, no qual é desconsiderado a natureza do trabalho executado por seus habitantes, sendo levado em conta apenas o seu regime habitacional. Ou seja, se o agricultor exerce sua função de trabalho no campo, porém reside em área urbana, ele é classificado pela legislação brasileira como sendo urbano, e caso more em área rural, todavia exerça sua profissão em âmbito urbano, é considerado rural.

O resultado da manutenção destas definições se traduz na tentativa de apresentar o Brasil como um país de caráter mais urbanizado, partindo da omissão da ruralidade que ainda se mantém como abrangente no território nacional. Por conta disso, surge a compreensão de que, seria pertinente considerarmos como um dos importantes meios a ser levado em consideração para a delimitação da área urbana, a análise acerca do modo de vida da população, para que dessa forma possa haver um planejamento que se desenvolva atrelada à realidade de cada local.

O Estado, no entanto, na tentativa de tornar o debate acerca do desenvolvimento da cidade mais democrático, elaborou nas últimas décadas instrumentos de planejamento que abrissem margem para participação da sociedade civil, que iremos discutir em sequência.

1.2.1 Estatuto da Cidade e o Plano Diretor

O Estatuto da cidade surgiu a partir de um projeto criado no ano de 1990 e sancionado em 2001, tornando-se a Lei 5.788, servindo de regulamentação para os artigos 182 e 183 da Constituição Brasileira, entrando em vigor em 10 de outubro de 2001. O objetivo da lei é determinar normas de ordem pública e interesse social que priorizam o bem-estar coletivo na regulação do uso da propriedade urbana, a segurança e o bem-estar dos cidadãos, assim como do equilíbrio ambiental. Desta forma, o Estatuto das Cidades busca dar destaque a um apanhado de medidas legais voltadas ao espaço urbano, servindo de fundamento para a concretude da reforma urbana nas cidades.

Os primeiros planos diretores surgiram no Brasil durante as primeiras décadas do século XX, porém sua aplicação se tornou obrigatória para cidades grandes e médias em todo território nacional a partir da constituição de 1988.

Tanto na Constituição, como em todo o histórico normativo anterior, o planejamento poderia abranger apenas uma área ou setor da cidade, de modo que a maior parte dos municípios realizava um planejamento voltado à área urbana. Este cenário foi alterado a partir da promulgação do Estatuto das Cidades que definiu que todas as cidades com mais de 20 mil habitantes ou com potencial de grandes alterações de crescimento deveriam ter um plano diretor que abranja toda a área do município (HECK, M. A.; HECK, A. R; COLUSSO, 2018, Pag 11)

O Plano Diretor sendo portanto, um instrumento a ser usado pelo Estatuto das Cidades, tem o papel de estabelecer normas que a propriedade deve cumprir para que dessa forma possa exercer a sua função social. Possuindo o município a seguinte condição:

...mais de 20 mil habitantes; Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; Com áreas de especial interesse turístico; Situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no País” (BRASIL, 2004, p.14).

Segundo Vale (2005) o Plano Diretor deve contar em sua formulação com a descrição de imóvel não-utilizado e as áreas de interesse do município com finalidade de uso para equipamentos comunitários, de habitação voltada para a população. Por conta disto é considerado como Lei Municipal, encarregado do processo de desenvolvimento bem como o de expansão urbana. Estabelece o planejamento do município para o período de 5 a 10 anos, tendo por obrigação indicar as ações governamentais em todas as áreas, considerando a vontade da população em sua formulação.

A arrecadação de impostos realizada pelo Estado, possibilita a manutenção da estrutura e a prestação de serviços públicos, a questão, todavia, reside na gestão e distribuição destes recursos, que se dão muitas vezes de maneira desigual. Enquanto determinados segmentos acabam por receber maior atenção na forma de isenções fiscais e investimentos diversos, outros acabam por ser negligenciados e desassistidos pelas políticas públicas, a exemplo de grupos étnicos minoritários como indígenas e quilombolas (HECK, M. A.; HECK, A. R; COLUSSO, 2018).

Por conta disso e a fim de garantir a aproximação dos cidadãos do âmbito administrativo municipal, em especial na criação do PD, em 2004 O ministério das Cidades optou pela publicação do "Plano Diretor Participativo - Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos". A intenção do documento é de designar o papel do Plano Diretor não apenas como um instrumento de controle do uso solo, mas como uma base que fundamentaria o desenvolvimento sustentável nas cidades brasileiras, contando com a contribuição dos habitantes do município.

[...] Para isso, por exemplo, é necessário que assegure espaços adequados para a provisão de novas moradias sociais que atendam a demanda da população de baixa renda; que preveja condições atraentes para micro e pequenas empresas - itens vitalmente importantes para que haja crescimento urbano equilibrado; para que se evite ocupação irregular e informal do território do município e outros (BRASIL, 2004, p.14).

O Plano Diretor Participativo (PDP) é coordenado pelo poder Executivo, em conjunto com o poder Legislativo e sociedade civil. Simplificando, a Prefeitura com o uso de sua equipe técnica, e com a participação dos moradores, deve coordenar, elaborar e acompanhar todo o processo relativo à formulação do Plano Diretor, sendo encarregado de garantir a ampla participação da população, que não deve se resumir sua colaboração à presença nas audiências públicas. A expectativa do Governo Federal é de que com a participação de todos, os benefícios seriam generalizados, assim sendo o PDP atuaria como instrumento de combate a desigualdade social.

Souza (2003) alerta, porém, que a apenas a existência de instrumentos progressistas como componentes do Plano Diretor, não significa que a sua aplicação se daria de maneira efetiva, para isso seria necessário que houvesse um conjunto de circunstâncias "políticas, sociopolíticas, e político-culturais" que deveriam ser atendidas de maneira exemplar. Com estes requisitos alcançados se tornaria viável o processo de transformação urbana no âmbito prático.

A importância do PDP dentro da perspectiva do desenvolvimento municipal com acompanhamento da sociedade civil é notável, entretanto, VALE (2005) acentua que no curto prazo a mobilização popular para a construção do Plano Diretor, é prejudicada pela escassez de informação e a falta de disposição da população. Desta forma a sensibilização por parte da população sobre a importância de discutir o planejamento do município, é fundamental para que haja motivação para participar.

É preciso, em primeiro lugar, que tenhamos consciência da necessidade de opinarmos sobre o que nossa cidade precisa para ser mais justa, inclusive para cobrarmos das autoridades o que ficou decidido no Plano. Em segundo lugar, somente os resultados positivos desse processo garantirão a adesão dos não-participantes a essas e outras iniciativas democráticas de gestão da cidade (VALE, 2005, pag. 61).

Em adição a isso, também é preciso ponderar acerca da atenção destinada ao espaço rural no PDP, tendo em vista que a sua função se baseia na democratização e acessibilidade da terra urbana e rural, considerando os locais propícios para expansão urbana e garantido que “a propriedade cumpra a sua função social” (BRASIL, 2004, p.59). Para tanto é necessário que se conheça a realidade presente no espaço rural, fundamentada na análise do desenvolvimento de atividades, sendo elas de natureza agrícola ou não-agrícola.

Para tanto, além do georreferenciamento dos imóveis rurais como forma de entender a estrutura fundiária presente no campo, também é realizado o macrozoneamento no perímetro urbano, com o objetivo de caracterizar as suas áreas e identificar quais são restritas para ocupação, com esse propósito são analisadas aspectos como "capacidades de suporte das redes de abastecimento de água, coleta de esgoto, energia elétrica, fornecimento de gás, transporte coletivo, do sistema viário, das orientações geotécnicas e dos riscos socioambientais" (BRASIL, 2004, p.63).

No âmbito rural também são identificados aspectos da geografia física, os tipos de solo, topografia, produção agrícola, extração mineral, entre outros. Ademais são identificadas atividades não agrícolas, a exemplo do turismo, chácaras e casas de veraneio (BRASIL, 2004). Tais informações possibilitam compor o quadro geral de usos do solo do município, que servem de base para o Plano Diretor.

Vale (2005) ressalta que as áreas rurais adjuntas da área urbana, onde se pode identificar a convergência de múltiplos usos do solo, discriminados tanto como de natureza rural quanto urbana (denominado como periurbano), também são abordados no PDP. Desta forma temos que “A aceleração na ocupação desses espaços depende do ritmo da expansão urbana, ao passo que sua regularização depende da consolidação do sistema municipal de planejamento e gestão territorial” (pag. 62). Ainda que possa parecer problemático distinguir esse espaço de maneira exata devido à sua complexidade, não se pode ignorar a suas potencialidades, e a necessidade de um planejamento que favoreça o seu desenvolvimento.

1.3 O que é o espaço periurbano?

Apesar do vasto campo de investigação acerca do espaço rural, considerando o viés tanto substantivista quanto relacional, fundamentado na ideia de espaço rural como oposição ou complemento do espaço urbano, Pontes e Travassos (2013), ressaltam que quando se trata de discutir sobre o espaço rural nas metrópoles, surgem alguns fatores que tornam esta tarefa mais complexa. Este fenômeno se deve a priori aos diversificados meios de uso do solo e a mutabilidade desses usos no decorrer do tempo, tornando a sua caracterização comumente associada a uma morfologia fragmentada com atributos que evocam a sua ruralidade, bem como, elementos que expõem seus aspectos urbanos.

O desafio relacionado à descrição deste espaço se evidencia tanto em função da elevada complexidade presente nas formas de uso do solo, bem como pela constante transitividade correspondente a estes usos, fenômeno que por sua parte o confere à denominação de periurbano. Ademais, não se pode esquecer da dualidade nas políticas associadas a estas áreas que são desempenhadas tanto com o viés da proteção ambiental, bem como políticas voltadas para a finalidade de uso urbano, como afirmam Pontes e Ferreira (2016).

Pereira (2013) ressalta que a origem do conceito de periurbanização surgiu a partir do uso do termo "*urban fringes*", que havia sido cunhado por geógrafos norte-americanos de maneira intensiva durante as décadas de 1940 e 1950. Neste período se enfatizava o crescimento das áreas suburbanas nos Estados Unidos, onde já se observava a ocorrência de usos múltiplos do solo.

No caso europeu, as condições para a formação das áreas periurbanas teriam sido possibilitadas a partir da década de 1960. Na França, este fenômeno passou a ser intensificado devido ao mercado imobiliário formal, como forma de corresponder a demanda das classes de melhor renda por espaços de lazer, bem como a popularização do uso do automóvel proporcionando maior facilidade de acesso. Por outro lado, até mesmo as classes de menor renda seriam atraídas para essas áreas de borda das cidades devido aos terrenos de menor preço (Steinberg, 2003, apud Pereira, 2003).

Certos fenômenos vinculados aos países do sul, fazem com que essa experiência se desenvolva de maneira diferente do exemplo europeu e americano, sobretudo, por ter como fator de ocorrência a periurbanização fora do eixo original.

Com destaque para a mudança na divisão internacional do trabalho, impulsionada pela promoção da rápida industrialização em diversos países e em conjunto com o crescimento da renda de certos grupos em contraste com o empobrecimento de outros (PEREIRA, 2003). Para o mencionado autor:

A relação entre os novos modelos produtivos, o crescimento da renda de classes abastadas e a aglomeração de grandes contingentes empobrecidos seriam fatores de atração para as áreas de borda das cidades, no limite com as áreas rurais, seja de empresas, condomínios, estruturas viárias para o atendimento das novas localizações e escoamento produtivo etc. Dessa forma, estariam se dando em largas proporções, nos países pobres e em desenvolvimento, as condições para a formação de áreas periurbanas, se não de acordo com o modelo francês, mas bastante diferente do subúrbio compacto (PEREIRA, 2003, p.289).

No Brasil, os primeiros estudos viriam a apontar para uma tradição especulativa relacionada ao uso da terra, tornando o espaço periférico em uma espécie de “deserto agrícola” composto por loteamentos que podem vir a demorar décadas para que sejam utilizados (CORRÊA, 1986, p. 72). Desta forma, devido ao aumento demográfico desordenado e a transformação da área rural em urbana de maneira predatória, poderia ser considerado como um dos motivos para o desinteresse em trabalhar com o tema da periurbanização no Brasil, intensificado pela ocorrência do êxodo rural (PEREIRA, 2013).

A expansão urbana marcada pela metropolização, originária o que Corrêa (1986) denominou de periferia rural-urbana e adquiriu forte magnitude no cenário nacional, relacionado às discussões geográficas. Tal entendimento explicaria a baixa prioridade com que o tema periurbano era empreendido no Brasil, em detrimento de outras temáticas mais atrativas. A plurifuncionalidade do uso da terra, como fenômeno pouco identificável durante boa parte do século XX, acabava por não adquirir caráter de relevância no campo acadêmico brasileiro.

Santos (1993) identifica a partir da década de 1990, o surgimento do que viria a ser considerado o “novo rural brasileiro”, caracterizado por diversas mudanças nas áreas rurais. Surgiria, então, o interesse nas áreas periurbanas juntamente a investigação das pluralidades de função inerentes a este espaço. Este fenômeno passa a ser identificado por meio, por exemplo, da ocorrência dos estabelecimentos rurais não agrícolas, fato inédito na configuração espacial brasileira até então.

O novo paradigma de entendimento do espaço rural possibilitou tratar uma abordagem que via a revalorização da área rural e a relação campo cidade onde a

pesquisa sobre áreas periurbanas se encontravam no epicentro desse movimento. Com o aumento no número de pesquisas relacionados a essa temática, o campo de estudo adquiriu relevância em instituições de ensino superior ao redor de todo Brasil, com ênfase para o surgimento de núcleos de pesquisa e laboratórios dedicados ao estudo do espaço periurbano.

A partir disso se pode constatar, que o interesse desenvolvido acerca das áreas periurbanas detém um longo histórico que se encontra diretamente alicerçado no prisma de interpretação da relação campo e cidade e sobre o papel das áreas rurais na configuração espacial. O constante avanço desse campo de estudo se identifica em diferentes países ao redor do mundo, e em especial, apresenta notória importância na identificação dessas áreas no Brasil.

A periurbanização como um conceito, se popularizou de maneira vertiginosa, podendo-se constatar a sua difusão internacionalmente, sendo estabelecidos termos correspondentes em diferentes idiomas. Pereira et al (2013), por exemplo, dá destaque a termos alternativos como *peri-urban interface* (PUI), enfatizando o caráter de “espaço de contato” onde seria possível verificar a coexistência entre aspectos urbanos e rurais. O periurbano, desta forma, é posto como complexa miscelânea de usos do solo e:

(...)apresenta-se em diferentes porções na região, conformando-se como um lugar de disputa entre as políticas urbanas e de proteção ambiental, com um tipo de regulação do uso e ocupação do solo que dificilmente é capaz de consolidar um tipo de ocupação específica da terra e, dadas as intensas e multiescalares dinâmicas metropolitanas, possui um caráter de grande transitoriedade (PEREIRA, 2013, p. 291).

O espaço periurbano, dessa forma, pode ser definido como sendo contínuo, também aquele em que há a predominância de características urbanas, sendo essencialmente detentor de uma série de usos distintos, tais como: “grandes equipamentos e parques metropolitanos, polígonos industriais, cidades dormitórios e urbanizações de baixa densidade de edificação com espaços de agricultura residual” (Cardoso e Fritschy, 2012, p.32).

Além do periurbano outra designação espacial que detém de aspectos plurifuncionais são as chamadas zonas “rururbanas”, comumente descritas por um espaço territorial pertencente a cidade ou área metropolitana, geralmente

localizado em meio às paisagens naturais, que apresenta destaque pela coexistência entre a ocupação urbana e elementos da produção primária.

Todavia, é importante ressaltar a diferença existente entre periurbano e rururbano, pois, apesar de ambos contarem com elementos em comum, como a mescla de usos do solo, apresentam um diferente nível de pressão quanto ao uso do solo agrícola. No caso do espaço periurbano esta pressão se dá em maior intensidade em comparação com o rururbano e isto se ocorre devido a dois aspectos de maior relevância, isto é, a aproximação da faixa periurbana com a cidade, pela qual seria concebida as forças centrífugas, bem como a sua composição como perímetro relativamente menor em comparação a área rururbana, fazendo com que a atividade agrícola tenha que disputar de maneira mais acirrada pelo uso do solo (CARDOSO E FRITSCHY, 2012).

Tanto nas definições clássicas bem como as vigentes, ainda há ênfase no discurso de que as metamorfoses ou ascensão das áreas periurbanas se relacionam com o conceito de cidade para fora, onde se reproduz a ideia na qual as áreas periurbanas poderiam ser entendidas essencialmente como áreas pré urbanas. Estas se encontrariam designadas a eventualmente integrarem a cidade. Esta linha de pensamento se baseia na visão de que a cidade ocupa um lugar central, que se encontra em permanente expansão, influenciando seus arredores em busca de novas assimilações (FURTADO,2007). Para o autor:

As áreas de interface periurbana são formadas e conformadas através de relações, fluxos entre o rural e o urbano, que envolvem basicamente pessoas, mercadorias, capital, renda, recursos naturais, serviços ambientais e resíduos. As mudanças que ali ocorrem são geradas por condições locais, regionais, nacionais e internacionais que influenciam esses fluxos” (p.7).

Além disso, pode-se salientar que a configuração espacial dessas áreas é induzida pelas condições locais, a exemplo da disputa entre a expansão urbana e a agricultura pelo uso do solo, havendo também a imposição proveniente da atividade extrativista com finalidade de suprir a demanda por material de construção gerado pelo meio urbano. Outros aspectos a serem elencados são referentes à dinâmica presente no cenário nacional e regional em conjunto com as condições internacionais, que contribuem sobremaneira para a formação das áreas de interface periurbana.

1.4 Agricultura urbana e periurbana

A agricultura, como apontado no capítulo anterior, se constitui como um importante elemento de composição do espaço periurbano, porém surgem certos questionamentos quanto à origem e definição deste segmento. Afinal qual seriam os aspectos centrais que viabilizam a sua prática em solo urbano e qual o seu diferencial em comparação a agricultura tradicional?

Moura, Ferreira e Lara (2013) citam a revolução verde que ocorreu em diversos países como sendo responsável pelo surgimento do discurso de defesa da política de produção agropecuária de grande escala atribuída de diferentes implementos, como meio para resolver o persistente problema da fome. O investimento tecnológico que se desenvolveu a partir disto, estava associado à busca pela eficiência produtiva com base em mecanismos industriais que passaram a intervir em diferentes fases da produção. Todavia todo este progresso não incluiu todas as famílias rurais, sendo que muitas delas se viram excluídas deste novo cenário, ocasionando casos de migração para área urbana onde eles viriam a compor, em sua maioria, o quadro de empregados das fábricas.

Com relação a cidade é preciso compreender que a urbanização como processo, se desenvolve na maioria das vezes de maneira desordenada, outrossim é recorrente o registro de prejuízos constatados a partir da ausência do devido planejamento na difusão de áreas urbanas. Esse pode ser até mesmo considerado como um dos maiores problemas da humanidade, pois se desenvolve conjuntamente ao crescimento populacional no espaço das cidades, podendo prejudicar o fornecimento de alimentos, a preservação ambiental e a oferta de empregos (AQUINO; ASSIS. 2007).

A interação entre o rural e urbano se dá de maneira cada vez mais estreita, sendo que o desenvolvimento destes espaços de maneira simultânea favorece o progresso econômico e territorial (PNUD, 1996). Neste contexto se dá o fortalecimento e a intensificação da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Esta atividade se caracteriza por ter múltiplas funções e múltiplos componentes, tendo a sua produção direcionada tanto para o autoconsumo como para a comercialização, proporcionando benefícios para a administração sócio urbana e meio ambiente das cidades. (Melo, L. P. 2016)

A percepção de incompatibilidade existente entre agricultura e espaço urbano, se origina da comumente associação da produção agrícola como sendo exclusividade do meio rural. Todavia se torna necessário evidenciar a existência da agricultura urbana como uma atividade bastante antiga, sendo constatada a sua presença, mesmo que em menor escala, desde o surgimento das primeiras cidades (CORRÊA; TONELLO; NNADI; ROSA, 2020).

Os autores ainda destacam que na primeira metade do século XX, surgem os primeiros projetos destinados ao fomento da agricultura e solo urbano em países como os Estados Unidos e Inglaterra, com o objetivo de responder parte da demanda por alimentos originada do crescimento acelerado da população urbana nesses países. Posteriormente se observou a popularização desta prática que passou a ter presença em todos os continentes através de incentivos estatais (CORRÊA; TONELLO; NNADI; ROSA, 2020).

Com o início dos anos 1990 o governo brasileiro juntamente a sociedade civil passaram a observar as vantagens da agricultura urbana o que resultou no desenvolvimento de projetos que buscassem o seu incentivo. O interesse se dirigiu às variadas formas pelo qual a AUP pode ser implementada, como descrito: “A agricultura urbana integra a produção agroecológica de alimentos, plantas medicinais e ornamentais, manejo de áreas de cerrado e mata, criação de pequenos animais, beneficiamento e comercialização solidária” (MOURA; FERREIRA; LARA, 2013, pag. 74)

Além disso, este fenômeno vem despertando o interesse de diversos pesquisadores, urbanistas, bem como dos detentores dos meios de criação de políticas relacionadas à agricultura, que veem nos casos acertados de sua implantação, elemento de alta importância para nutrição de populações urbanas, atuando em alguns casos como garantia da sobrevivência (AQUINO; ASSIS, 2007).

Alguns dos fatores associados à realidade urbana, como migração advinda do êxodo rural, o vertiginoso aumento demográfico e o desgaste das economias nacionais, acabam por sedimentar a prática da agricultura urbana em diferentes países. A demanda direcionada a produtos agrícolas bem como a busca por rendimento por parte da população, atua como potencializador da agricultura urbana nas cidades, o que não ocorreria de maneira tão abrangente se houvesse uma oferta que suprisse esse fim, por parte do Estado ou outras entidades.

A noção de agricultura urbana e periurbana, não apresenta uma definição cabal, em especial por conta da recente investigação acerca deste tema, o que conseqüentemente faz com que um significado definitivo ainda se encontre em elaboração. Apesar disso, a sua conceituação é implementada por organizações que atuam internacionalmente como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), juntamente a outros órgãos e entidades, governamentais ou não, encontrados em vários países.

Mougeot (2000), ressalta que o debate acerca da agricultura urbana se ampara, em especial, sobre quais seriam os fatores próprios a este segmento, que poderiam possibilitar a investigação e aplicações de políticas públicas que considerem as particularidades inerentes a esse meio produtivo. Assim sendo, os elementos que são mais frequentemente destacados sobre a agricultura urbana se caracterizam como sendo os tipos de práticas econômicas, grupos e subgrupos de produtos (alimentares e não alimentares); onde se encontra localizado (intraurbano e periurbano); tipologia da área de ocorrência, sistema de produção e por fim a destinação da produção e a sua escala.

Apesar disto o fator que se sobrepõe para a identificação da agricultura urbana se dá de maneira mais proeminente pela localização caracterizada pela proximidade ao perímetro citadino, podendo ser tanto intraurbano quanto periurbano. Para além disto ainda é possível identificar outras diferenças notáveis entre a agricultura rural e urbana, como exposto pelos autores:

...não é a localização urbana que distingue a agricultura urbana da agricultura rural, senão o fato de que está integrada e interage com o ecossistema urbano. Como exemplo, podemos citar a possibilidade dos sistemas urbanos de produção agrícola apresentarem, como um destino nobre, a produção de resíduos orgânicos, tanto de origem doméstica quanto de áreas comerciais e industriais disponíveis em áreas urbanas, como padarias, açougues, cervejaria, bagaço de cana-de-açúcar, restos de cozinha, etc. (AQUINO, ASSIS, 2006 p. 139)

Com base nisto podemos definir a agricultura urbana como sendo o campo de produção alimentícia que se desenvolve fundamentalmente no perímetro urbano e periurbano, que se vale de métodos intensivos, que considera a interação entre o homem, cultivo e meio ambiente em conjunto combinado as conveniências infra estruturais provenientes do espaço urbano, o que propicia a estabilidade da força de

trabalho e a diversificação produtiva, podendo se desenvolver durante todo ano e tendo como base recorrente, práticas sustentáveis (GNAU, 2002).

Certas condições devem ser alcançadas para que a agricultura urbana possa ocorrer, sendo eles a existência de espaços habitáveis e dinâmicos, onde seja possível realizar atividades de cultivo e que se encontrem necessariamente localizados nos arredores da cidade, com o limite que pode variar entre 10 e 90 quilômetros, frequentemente apresentando proximidade com o espaço rural (FERREIRA, 2013).

Dentre os modelos produtivos, o que melhor se adequa à realidade urbana é o da agroecologia, pois além de proporcionar o cultivo de diferentes culturas, possibilita a diminuição na geração de resíduos e estímulo a práticas agrícolas que se adequam à capacidade de suporte do meio ambiente urbano. Aquino, Assis (2007) ainda destacam a importância da agroecologia como uma valiosa ferramenta na realização de produções em pequena escala, destinada ao consumo familiar, tendo como um dos seus principais diferenciais a não dependência com insumos externos. Ademais pode-se constatar a recuperação da biodiversidade e da paisagem, que geralmente são afetados pelos agroecossistemas tradicionais.

O aumento no número de entidades e projetos direcionados a implementação da agricultura urbana denota o crescimento do interesse por práticas favoráveis para o bem-estar da população se refletindo em produtos que mostram serem mais benéficos a saúde humana com capacidade de suprir o sistema de alimentação urbana, promovendo segurança alimentar bem como o uso mais eficiente dos espaços resultado da melhor utilização de recursos naturais como a água e o solo. Mouget (2000). A conjunção desses fatores demonstra potencial sobremaneira direcionado a um meio de redução da pobreza e melhora das condições ambientais, através de um meio de produção acessível e inclusivo.

Para além disto, segundo Aquino e Assis (2006), a agricultura em solo urbano dispõe de circunstâncias que as difere da que se executa no âmbito rural, especificamente relacionado ao processo produtivo, a exemplo que no campo são utilizados de maneira recorrente o uso de agrotóxicos, enquanto na cidade por apresentar produções geralmente de menor escala com menor dispêndio de recursos financeiros, faz com que haja direcionamento a produção alternativa voltado para alimentos orgânicos, como destacado pelos autores:

O consumo de agrotóxicos no país – herbicidas e fungicidas, entre outros, tem sido crescente, alcançando hoje vendas anuais que superam U\$ 2,5 bilhões. Esse aspecto é muito sério em áreas urbanas, não somente pelo elevado custo, mas também pela proximidade das residências, aumentando o risco de contaminação. A solução que se vislumbra é a utilização de defensivos alternativos que incluem: agentes de biocontrole, diversos fertilizantes líquidos, as caldas sulfocálcica, viçosa e bordalesa, feromônios, extratos de plantas, entre outros (Pag.141).

Para além do uso de insumos alternativos que promovem menor risco a saúde, a agricultura urbana, também utiliza da água de maneira singular, pois em diferentes cidades ao redor do globo ocorre a escassez de recurso hídrico de qualidade, seja por conta de condições geográficas ou pela poluição de rios e outros corpos hídricos gerado pelo despejo de esgoto e demais resíduos dissolúveis que prejudicam a disponibilidade de água apta para uso, este problema é intensificado pela disputa deste recurso em grandes cidades que acabam por priorizar o setor industrial e outras atividades econômicas. Esta conjuntura se observa de maneira mais evidente, sobretudo em regiões semiáridas no qual a agricultura urbana comumente utiliza da água residual como meio de irrigação produtiva (HANS-RUDOLF; SEYDON, 2004).

Os benefícios proporcionados pela atividade agrícola em solo urbano expressam o potencial de mitigação de problemas comuns a este espaço, abrindo um novo segmento de alimentação nutritiva e próxima ao público consumidor. De acordo com Madaleno (2002), a propagação da agricultura urbana auxilia no crescimento produtivo das cidades, diminuindo a necessidade de importação de produtos alimentícios de outras regiões, proporcionando maior nível de autonomia, garantindo procedência confiável dos alimentos, aliado à preservação ambiental e aproximação do morador urbano com a natureza. Além disso, o autor reforça a importância que a agricultura urbana tem em proporcionar utilidade a áreas desabitadas que não são aproveitadas.

No Brasil, a agricultura urbana detém especial destaque através das hortas comunitárias, que acabam por ser o exemplo mais popular deste meio produtivo no cenário nacional. Todavia, o conceito de horta no entendimento popular se encontra associado majoritariamente ao cultivo de hortaliças em canteiros, o que não compreende aos variados meios de produção que são desenvolvidos pela agricultura urbana e em especial a agroecologia, que não se restringe a um modelo

único, mas se manifesta através da adaptação às condições do meio e especificidades do que se deseja produzir.

Almeida (2004) ressalta as experiências observadas em Belo Horizonte (MG), em que houve aplicação da agricultura em solo urbano, que demonstrou melhora nas condições alimentares das famílias envolvidas, proporcionadas pela ingestão de alimentos mais saudáveis. Em acréscimo, também se observou o aumento do interesse pela agricultura urbana e a conscientização das famílias acerca dos benefícios da ingestão de alimentos orgânicos de alto valor nutricional e que são cultivados localmente pela comunidade. A partir da perspectiva econômica foi constatada o crescimento da renda das famílias, resultado da diminuição do dispêndio financeiro com alimentos, bem como remédios e procedimentos hospitalares.

Aquino e Assis (2007) também destacam o caso do Rio de Janeiro (RJ) com a presença dos quintais domésticos, que apesar de terem pequena representação espacial, foram assimilados pela população de maneira profunda como modelo cultural de prática de produção alimentar saudável. Madaleno (20002) constatou que em Belém (PA) a prática agrícola intraurbana reduziu consideravelmente os gastos com alimentação, fator que se mostrou ainda mais significativo para as famílias de baixa renda que passaram a possuir um meio de subsistência. Para além dos benefícios sociais já citados, os benefícios ambientais, descritos pela geração de áreas verdes, manejo de resíduos com fins para reciclagem, melhora na infiltração da água da chuva no solo entre muitos outros.

Além dos casos citados, existem vários outros que se distribuem ao redor do Brasil que demonstraram certa margem de sucesso, tendo como principal fator limitante a vontade do poder público em permanecer o apoio a estes projetos, como apontado pelos autores.:

Ainda no Brasil, têm-se conhecimento de algumas outras iniciativas, como por exemplo, as que ocorrem em Porto Alegre-RS, Fortaleza-CE, Presidente Prudente-SP, Niterói-RJ e Campos dos Goitacazes-RJ. Mas existem poucas publicações formais sobre essas experiências e, possivelmente, de muitas outras no Brasil. Uma das limitações, muitas vezes, refere-se à da continuidade do trabalho, como foi o caso do PROVE no DF, pela dependência da vontade do poder público, cujo interesse varia entre o período de um mandatário e outro (AQUINO, ASSIS, 2007, pág 144).

Ainda segundo os autores no contexto global, o que se observa é a contínua expansão da AUP, proporcionando transformações no âmbito social e econômico. Em países desenvolvidos, é descrito como meio produtivo altamente competitivo e relevante para o mercado de consumo. Já em países subdesenvolvidos ou emergentes como o Brasil, atua como meio de subsistência para grupos familiares desfavorecidos proporcionando a criação de renda e nutrição com vista a garantir a segurança alimentar. Com base nestas informações compreendemos o papel da AUP como motor de transformação e revalorização dos espaços urbanos, para tanto é preciso que o potencial inerente a esta atividade seja desenvolvido a partir de políticas públicas que visem a permanência e multiplicação dos projetos de agricultura nas áreas intraurbana e periurbana.

2. EXPANSÃO URBANA DE MARANGUAPE, METROPOLIZAÇÃO E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Para que possamos compreender o seguinte capítulo devemos, a priori, investir na caracterização do município, evidenciando aspectos demográficos e econômicos atrelados as últimas décadas de urbanização e reestruturação produtiva que se desenvolveu em Maranguape no contexto da RMF, A ideia é buscar definir a participação do município de Maranguape dentro do contexto de transformações que seguiram entre as décadas de 1970 e 1990. Em seguida tratamos sobre o processo histórico atrelado ao uso e ocupação do solo em Maranguape destacando a participação da agropecuária no surgimento dos primeiros núcleos de povoamento, e desenvolvimento urbano do município.

Para isso foram utilizados dados do IBGE, através da ferramenta do censo demográfico e agropecuário, no intuito de entender a evolução demográfica e econômica compreendida neste período. Também se busca estabelecer um paralelo destas mudanças em consonância com as ações empreendidas pelo estado, a partir de suas políticas de desenvolvimento. Seguimos para a caracterização.

2.1 Caracterização de Maranguape

Maranguape se caracteriza por ser um município da Região Metropolitana de Fortaleza que, assim como outros, apresenta tendência de crescimento da sua população urbana em detrimento da população rural, em conjunto com um intenso movimento diário de pessoas, mercadorias e informações com a cidade de Fortaleza. Este movimento também compreende a realidade de interdependência na qual Maranguape se encontra inserido em relação aos outros municípios da RMF, como Pacatuba, Maracanaú e Caucaia.

Até meados da década de 1970, Maranguape se caracterizava como predominantemente rural, com cerca de 60% de sua população composta por moradores desta área. As próximas décadas iriam registrar a inversão desse quadro, sendo que em 2000 foi constatado que 75% da população residia no perímetro urbano do município. Apesar da expressiva reconfiguração demográfica ocorrida nesse período, ainda é possível verificar traços típicos remanescentes do modo de

vida rural no meio urbano, consagrando um fenômeno de interseção na relação campo e cidade (IBGE, 2000).

A cidade conta com uma expressiva centralidade que se preservou ao longo dos anos, mesmo contando com a reestruturação produtiva e o desenvolvimento econômico recente da RMF. A sede manteve seu destaque, principalmente entre as relações intermunicipais. Ela exerce notável influência nos distritos, bem como em outras cidades próximas da RMF ou do maciço de Baturité.

A ampliação das áreas urbanas na RMF ocorreu de maneira simultânea a diminuição das áreas agricultáveis nos municípios que a compõem, afetando o mercado metropolitano de consumo de produtos agrícolas. Com base nisso, Oliveira (2001) aponta que Maranguape apresenta uma reestruturação socioeconômica em consequência da influência exercida por Fortaleza, reforçando um processo histórico em congruência com o espaço agrário do município.

A autora ainda ressalta que a relação comumente estabelecida entre metrópoles nacionais e o espaço rural, que em suma se caracteriza como sendo de natureza imperativa, na qual o espaço urbano atua como agente de imposição sobre os seus arredores como meio de promoção do modo vida urbano em detrimento do rural. Em menor escala, a metrópole cearense tem apresentado mudanças nas construções nos tecidos urbanos, não obstante, no cotidiano dos diferentes grupos sociais. Porém, essas tratam-se de transformações urbanas lentas que ainda não suplantam a vida rural.

Maranguape, com relação ao restante da Região metropolitana de Fortaleza, apresenta uma condição específica devido a sua localização na borda da região, favorecendo a sua agricultura, pela distância que exerce frente ao centro de difusão da metrópole, em especial com relação aos seus distritos interioranos, contendo as transformações físicas, resultado do processo de urbanização. Juntamente a isto, a orientação agrícola mista de Maranguape durante os anos 1980 se destacava por se distinguir da maioria dos municípios, apresentando na sua produção animal o mesmo grau de importância que a sua produção vegetal (IBGE, 2022).

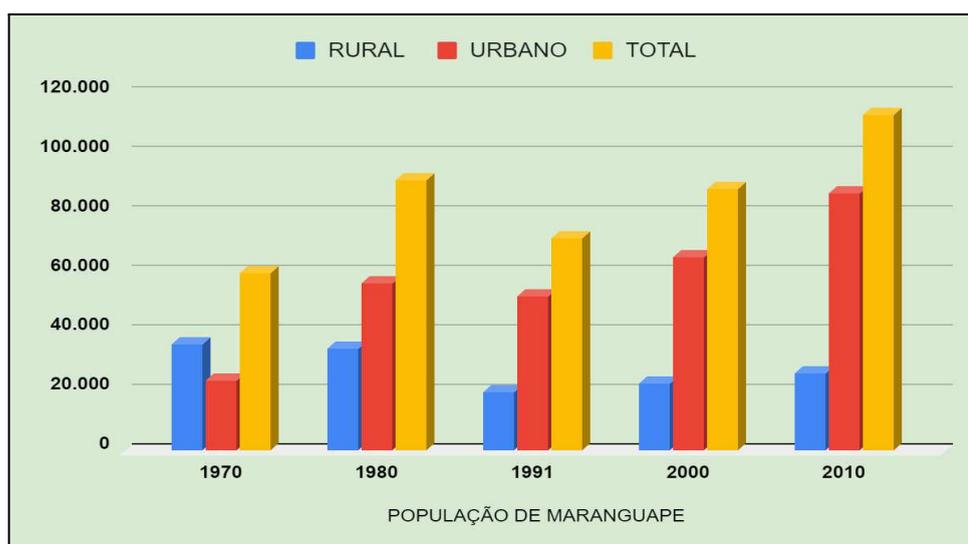
Mendes (2005) destaca que a relativa baixa densidade demográfica apresentada por Maranguape, acaba por favorecer a continuidade das práticas agrícolas, apesar de reconhecer que os grandes responsáveis pela dinamização da economia do município são caracterizados pela indústria e serviços, atividades comumente desenvolvidas dentro do perímetro urbano. A autora ainda reforça que

esta conjuntura estaria associada a uma tendência de diminuição do setor primário na economia dos municípios que compõem a RMF, em contrapartida a ampliação da participação do setor secundário e terciário.

No ano de 2010, Maranguape possuía uma população de 112.902 habitantes, sendo que desse total mais de 76% eram residentes da área urbana do município, em outras palavras, a concentração populacional vai ser identificada no perímetro urbano presente no distrito sede e nas vilas distritais. No contexto da RMF Maranguape se caracteriza como um dos municípios mais populosos, apresentando um desempenho razoável com relação a taxa de crescimento anual (2,56 %), durante o período intercensitário de 2000 a 2010. Na figura 2 podemos identificar o comportamento demográfico urbano e rural durante as décadas de 1970 a 2010.

Com relação a figura 2 podemos destacar, a diminuição significativa da população tanto rural quanto urbana observado em 1991, em função da cisão de Maracanaú do território Maranguapense, ocorrida em 1983. Apesar disso, Maranguape manteve um ritmo de crescimento substancial, sendo que em 2010 apresentou um aumento demográfico expressivo, superando com margem larga os dados referentes à década de 1980. Em 2022, no entanto, houve uma sensível queda no número de habitantes chegando a 105.093.

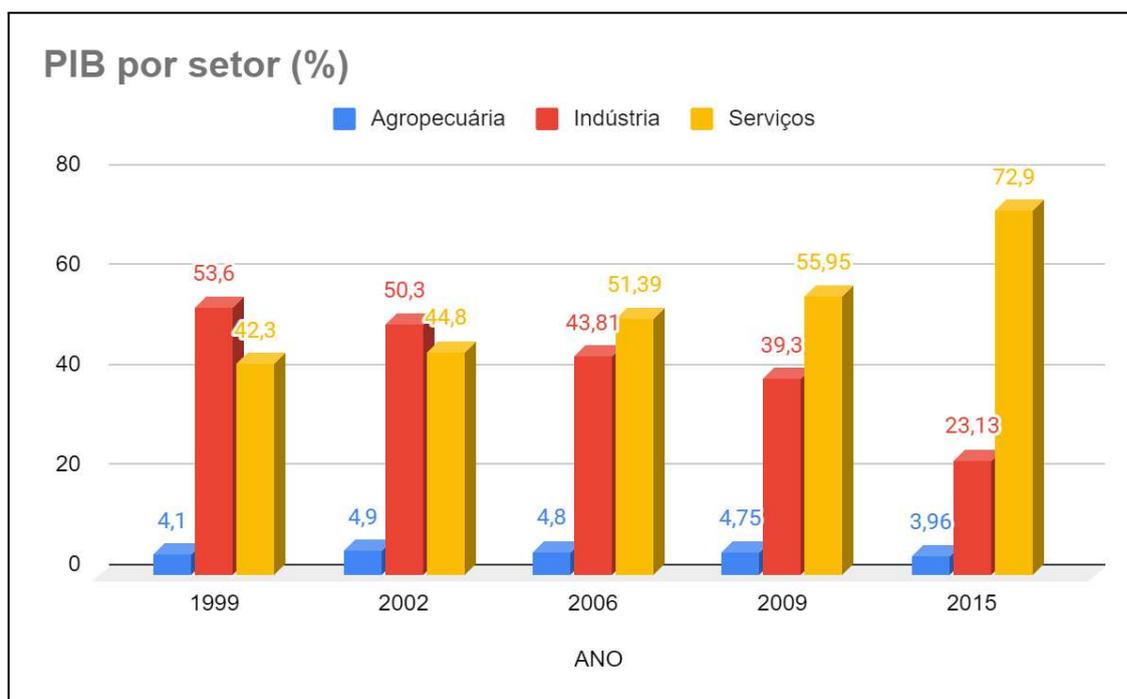
Figura 02 – Maranguape – Evolução da População



Fonte: IBGE, censos demográficos de 1970 a 2010. Adaptado pelo autor em 2023.

O gráfico mostra com clareza a grande mudança que ocorreu com relação a composição demográfica no município a partir da década de 1970, sendo que a população rural vai deixar de ser o maior contingente que se mostrava até meados do século XX, para representar uma fração significativamente menor compondo menos de 25% da população, segundo dados do censo demográfico de 2010.² Assim como a população, a configuração econômica do município também vai mudar significativamente a sua composição no decorrer das últimas décadas, sendo evidenciada principalmente pelo encolhimento do setor primário associado a agropecuária em contrapartida a expansão dos setores secundário e terciário.

Figura 3 – Participação dos setores de atividades no Produto Interno Bruto de Maranguape – PIB (1999 – 2015)



Fonte: Ceará em números 2015 – Ipece. Adaptado pelo autor em 2023.

O setor terciário no município é composto principalmente por serviços públicos relacionados à educação e saúde, bem como comércio varejista. O aumento da participação do setor de serviços dentro PIB, demonstra o crescimento das atividades comerciais desenvolvidas principalmente no distrito sede. Para além do uso destes serviços nas dependências do município, Fortaleza tem papel de

² Os dados referentes à descrição da população rural e urbana do Censo 2022 do IBGE ainda não haviam sido divulgados até o momento de elaboração desta pesquisa.

núcleo de atração para a população maranguapense, por oferecer uma ampla gama de serviços e contar com linhas de ônibus que ligam Maranguape com o centro de Fortaleza. As atividades de educação, saúde, comércio e lazer, sendo o último representado pelas praias, cinemas e shoppings, favorecem o fluxo constante de produtos e pessoas entre o município e a capital metropolitana.

O setor industrial, apesar de ter perdido espaço no PIB no período de 1999 a 2015, apresenta significativa importância para economia do município. Tendo em vista o histórico de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento desta atividade, possibilitando meio de ocupação trabalhista para uma boa parcela da população. O setor favorece incremento da economia atrelado a expansão da urbanização, resultado da reconfiguração espacial a qual município foi submetido para que houvesse o desenvolvimento industrial, como ressaltado pela autora:

Com a indústria, Maranguape passa a incorporar novas dinâmicas em seu território, provocadas pela criação de empregos, desencadeamento de novos fluxos (pessoas e mercadorias) com alterações no espaço urbano e surgimento de novas espacialidades (MENDES, 2005, p. 36).

O setor primário constituído principalmente pela agropecuária apresenta uma tendência contínua de queda na participação do PIB do município desde a década de 1970 com o declínio da bananicultura, e isso se mostrou como uma constante nas décadas seguintes. Apesar disso, Maranguape contém uma produção agrícola resiliente fundamentada em culturas de subsistência como feijão, milho e banana, sendo cultivados de maneira mais proeminente nas serras. O destaque, no entanto, pode ser direcionado para a pecuária com a presença da bovinocultura em conjunto com a produção de leite. Além disso Elias (1999) ressaltava a importância da avicultura associada com a presença de diversas granjas encontradas ao longo da CE 065, sendo essa dinâmica fomentada pela competitividade no mercado avicultor decorrente da presença da produção desenvolvida de galináceos em boa parte dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

A tabela 1 nos permite visualizar o comportamento da do PIB em comparação com Fortaleza e com o estado do Ceará.

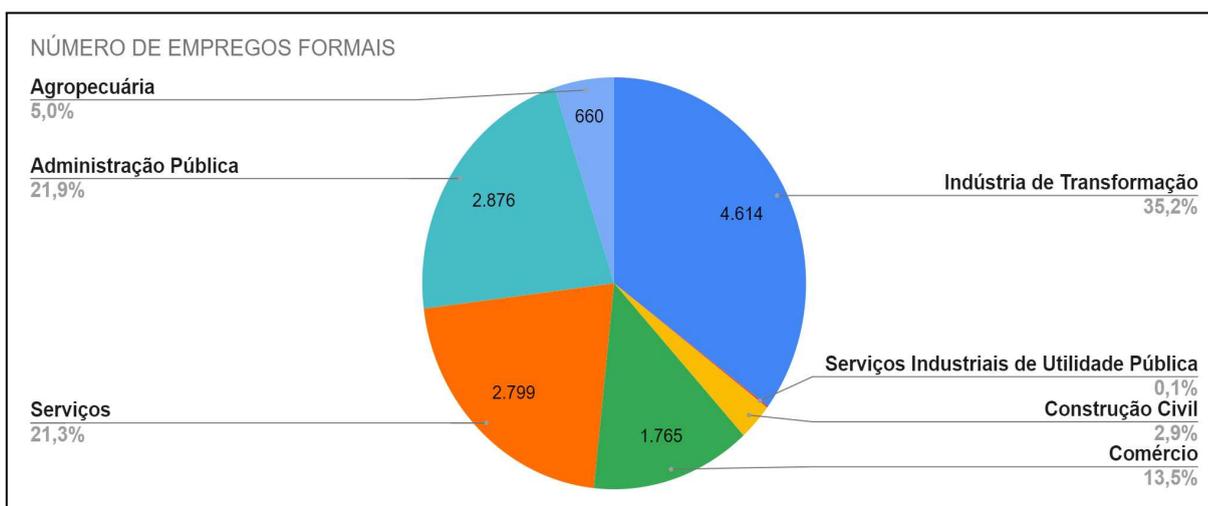
**Tabela 1: PIB Per Capita, Estrutura Setorial do Produto Interno Bruto
(Ceará-Fortaleza- Maranguape – 2015).**

Municípios	PIB per Capita (R\$ 1,00)	Part. (%) no PIB Estadual	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Ceará	14.669	100,00	4,49	19,56	75,95
Fortaleza	22.093	43,83	0,07	17,85	82,07
Maranguape	9.228	0,87	3,96	23,13	72,90

Fonte: Ipece - Ceará em Números 2015. Adaptado pelo autor em 2023.

Com relação ao quadro empregatício do município, temos uma situação correspondente com a configuração econômica observada pelo PIB, com a maior concentração de empregos formais associado a indústria de transformação, com um total de 35,2 %, seguido pela administração pública com 21,9%, e dos serviços com 21,3% e do comércio com 13,5%. A agropecuária representa 5%, o que, apesar de ser considerado um percentual baixo em comparação com os outros grupos, reforça o aspecto de resistência que este setor estabeleceu em Maranguape.

Figura 4: Empregos formais em Maranguape,2015



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – RAIS, 2016. Adaptado pelo autor em 2023.

Em relação a composição do município, se pode destacar a dinâmica associada aos distritos periféricos, em especial pela densidade demográfica

substancialmente inferior ao distrito sede. Algumas vilas distritais apresentam infraestrutura limitada e seu acesso se resume a uma rua pequena e estreita com a presença de alguns estabelecimentos agrícolas de pequeno porte. Os distritos envolta da rodovia CE 065, que corta do norte ao sul o município, são os que apresentam o valor populacional mais elevado, assim como a maior presença de equipamentos e serviços com vistas a atender a demanda gerada.

Tabela 2: Maranguape - População por Distritos³

Distritos	2000	2010	Área (KM²)
Maranguape (sede)	45.668	62 600	50,1
Amanari	4.973	7 034	68,1
Antonio Marques	1.179	2 145	23,2
Cachoeira	1.319	1 549	12,3
Itapebussu	4.224	5 149	69,5
Jubaia	2.129	2 184	22,2
Ladeira Grande	2.177	2 338	25,4
Lages	2.007	2 319	13,0
Lagoa do Juvenal	1.649	2 844	45,9
Manoel Guedes	2.008	2 050	31,1
Papara	3.759	4 006	57,3
Penedo	3.837	3 646	62,8
Sapupara	6.241	8 230	32,1
São João do Amanari	1.914	1 975	8,9
Tanques	2.949	3 240	37,7
Umarizeiras	1.650	1 803	8,8
Vertentes do Lagedo	452	449	25,8
Total	88.135	113.561	594,2

Fonte: IBGE, 2000, 2010. Adaptado pelo autor em 2023.

³ Até o momento de formulação deste trabalho, os dados de população por distrito municipal do censo de 2022 ainda não se encontravam disponíveis, desta forma a tabela cobre apenas até o censo 2010.

É necessário ressaltar que apesar de haver distritos com características socioeconômicas relevantes à estrutura municipal, a sede apresenta centralidade notável, por contar da concentração de serviços diversos associados ao comércio, saúde, educação, assim como órgãos administrativos e maior oferta de empregos em relação às outras vilas distritais. A estrutura urbana presente no distrito sede foi consolidada durante os séculos de ocupação no território maranguapense, que de certa forma se aglutinou nesta porção territorial, sendo perceptível a relação de dependência dos demais distritos com o centro. Segundo Mendes (2005), esta situação se deve a um conjunto de fatores que são conformados na maior parte das cidades cearenses, sendo especialmente observado por meio da indústria, como descrito:

Com a maior aglomeração populacional, é evidente a concentração do comércio, dos equipamentos de serviços e das funções urbanas. Contudo o que chama mais atenção é a presença das indústrias - implantadas mais recentemente - que se localizam em meio aos bairros densamente ocupados, passando a compor a paisagem urbana de Maranguape. (p.7).

O distrito sede é formado por quinze bairros, havendo maior concentração demográfica na parte Norte e Sul da cidade, mais especificamente pelos bairros de Novo Maranguape e Santos Dumont. O crescimento do distrito acaba por também seguir este direcionamento assimilando novos espaços. Na porção Leste e Oeste localizada, no sopé da serra, se destaca a presença de segundas residências e sítios, também são identificadas antigas edificações e fazendas, boa parte estando desabitadas.

A seguir, um pouco dos aspectos naturais do município, ajudam a caracterizá-lo de maneira mais ampla de modo que compreendemos parte dos processos estudados neste trabalho.

2.2 Aspectos naturais

Maranguape como município componente da Região Metropolitana de Fortaleza, possui certas particularidades no tocante a sua geografia física que influenciam o seu processo de ocupação e uso do espaço, ainda que tais fatores não sejam tratados como o cerne deste trabalho, é necessário abordá-los para que

possamos realizar uma contextualização mais íntegra das dinâmicas associadas ao município.⁴

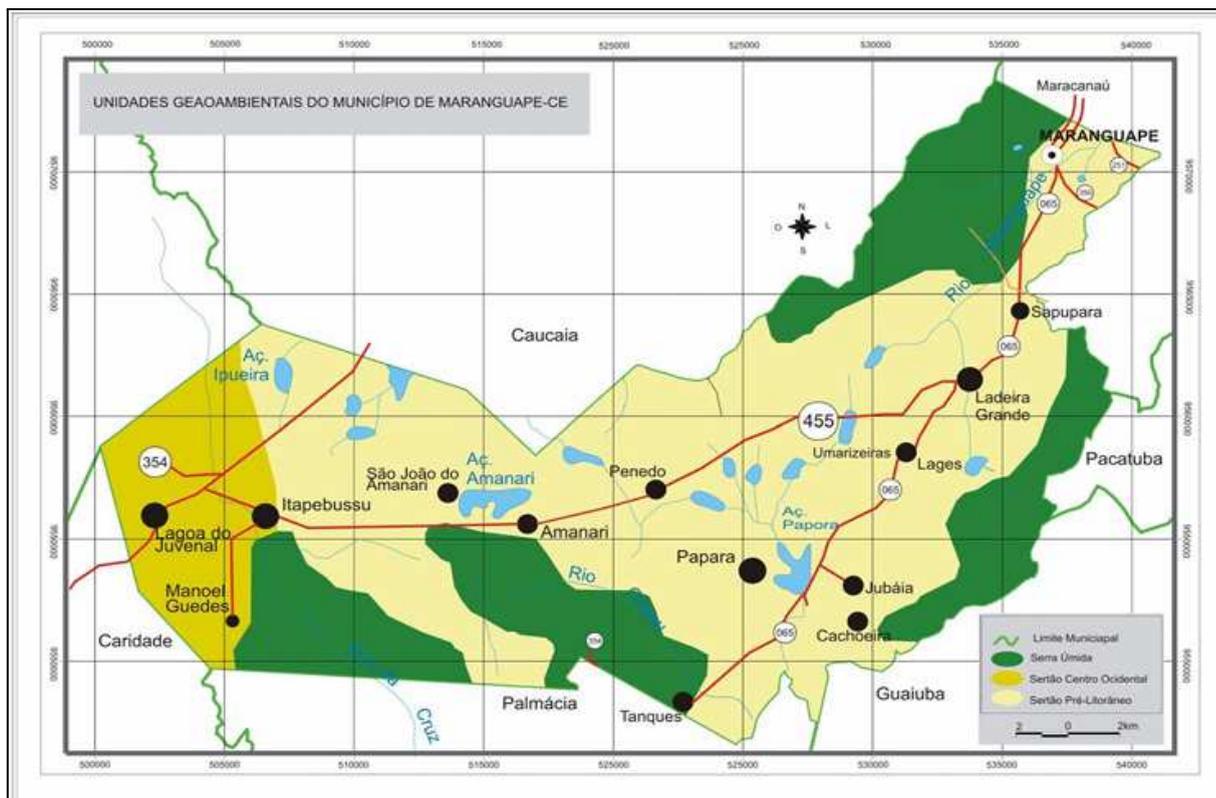
O desenvolvimento da ocupação de Maranguape se deu atrelado às condições naturais, ocupando o domínio cearense composto pelas serras úmidas. Os elementos naturais apresentados não devem, todavia, serem interpretados como sendo determinantes para este processo, mas sim como condicionantes que apresentam certo nível de influência (SOUSA,1989).

Com relação a geomorfologia da RMF, podemos apontar a presença de duas unidades geomorfológicas distintas, zona litorânea e a depressão sertaneja onde se encontram os maciços residuais. A zona litorânea cearense associada a área costeira, enquanto a depressão contém a presença das serras úmidas que podem ser encontradas em parte do território de Maranguape a partir da serra homônima que chega a atingir 920m de altitude e também no município de Pacatuba com a serra da Aratanha que apresenta 780m de altitude. Esta unidade também pode ser identificada em outros municípios de maneira menos expressiva com menor porte, sendo denominados de serras secas, por possuírem índice pluviométrico mais baixos.

Convém ressaltar que os municípios que compõem a região metropolitana se encontram distribuídos tanto na zona litorânea quanto na depressão sertaneja, e esta distinção não se limita apenas às diferenças na composição do meio natural, mas também através do regime ocupacional e de uso do espaço que ocorrem nestes territórios. Nos municípios litorâneos houve maior investimento relacionado ao turismo e lazer, ao passo que nos municípios inseridos na depressão sertaneja, a exemplo de Maranguape e Pacatuba, se evidenciou os investimentos ligados ao desenvolvimento industrial. Todavia Mendes (2005) destaca que este fenômeno não anula o potencial natural que estes municípios detêm acerca da prática turística, mas salienta a tendência de desenvolvimento industrial identificada em seus territórios.

⁴ Maranguape se localiza na porção nordeste do Estado do Ceará dentro da zona fisiográfica do Maciço da Serra de Baturité, apresentando as coordenadas geográficas: 3° 53'24". de latitude sul e 38° 41'10" de longitude oeste, atingindo 68,57m de altitude acima do nível do mar. Tem como limites territoriais ao Norte: Caucaia e Maracanaú; ao Sul: Palmácia, Guaiúba e Caridade; ao Leste: Pacatuba, Maracanaú e Guaiúba; e ao Oeste: Caridade e Pentecoste. Abrangendo uma área total de 654,80 km² é um dos maiores municípios da RMF e está dividido em 17 distritos. O distrito sede detém como via principal de ligação com a cidade de Fortaleza a CE – 065.

Figura 05 – Unidades Geoambientais de Maranguape.



Fonte: Mendes (2006), adaptado de Ipece, 2004.

Acerca das unidades geoambientais existentes em Maranguape, temos a presença de duas com caráter geral bastante distinto, sendo elas: a depressão sertaneja, identificada em grande parte do semiárido nordestino, tendo seu domínio compondo cerca de 82% da área do município, e a serra de Maranguape, caracterizada pela presença de mata atlântica composta por florestas úmidas, cascatas e fontes, sendo estes resquícios do bioma de mata atlântica, em processo de extinção no Brasil (BRASIL, 2005).

As serras cristalinas se constituem como relevo de exceção que se diferencia de maneira evidente dos seus arredores constituídos pela vastidão do semi-árido. Desta forma o relevo serrano de Maranguape poderia ser observado como uma ilha úmida, aspecto intensificado pela proximidade com o litoral que acaba por concentrar na serra a umidade proveniente do oceano. Segundo Ab'saber (1974) as serras úmidas se apresentam como um “oásis no deserto” e isto pode ser explicado pela diversidade natural associado a condições ambientais que são favorecidas pelos fatores relacionados ao que se diferencia dos seus arredores.

De maneira geral o tipo climático presente em Maranguape se caracteriza por ser Tropical Quente Úmido com pluviosidade de 1.378,9 mm, temperatura média de 26° a 28° (C°), tendo o período de chuvas concentrado de janeiro a maio. Os tipos de solo predominante são: Bruno não Cálcicos, Solos Litólicos, Planossolo Solódico, Podzólico Vermelho-Amarelo e Vertissolos, sobre a vegetação se destaca a Caatinga Arbustiva Densa, Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial e Floresta Subperenifólia Pluvio-Nebular. Por fim, o município é banhado pelas bacias hidrográficas Metropolitana e Curu, segundo dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) (2017).

A configuração dos aspectos naturais de Maranguape ocasionou usos distintos do solo agrícola, havendo a presença da produção de café e da fruticultura nas áreas como maior umidade no perímetro da serra e da produção do algodão na área da depressão sertaneja. Os contrastes apresentados pela variedade no uso solo representam um arranjo intrínseco ao município. Compreendemos desta forma que o espaço é conformado pela justaposição decorrente dos processos sociais e naturais que se desenvolvem simultaneamente (MORAES & COSTA, 1999).

2.3 Maranguape no Contexto da Região Metropolitana de Fortaleza

Durante o início da segunda metade do século XX, surgiu a preocupação em criar um planejamento que pudesse delimitar as regiões funcionais urbanas do país, neste contexto que se originou a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Em 1967 o IBGE apresentou um esboço que viria a servir de prelúdio da separação do Brasil em espaços polarizados. Esse estudo serviu de fundamentação teórica e metodológica para a delimitação das regiões funcionais urbanas. Assim sendo, grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro passaram a ser reconhecidas como metrópoles nacionais, enquanto capitais como Fortaleza, Recife e Salvador, como metrópoles regionais.

Essa conjuntura, possibilitou que Fortaleza, no seu papel de metrópole, estabelecesse um raio de influência que segundo Oliveira (2001), se estende por todo estado do Ceará, e chega a alcançar uma parcela do Piauí e São Luís, sobremaneira por conta de sua área portuária. Para que houvesse a consolidação

deste processo, os municípios vizinhos a Fortaleza foram assimilados pela lógica metropolitana, estabelecendo um espaço operacional delimitado, segundo a autora:

No conjunto da Hierarquia urbana cearense, a metrópole Fortaleza integrou-se com os municípios de Maranguape, Aquiraz, Caucaia e Pacatuba. A escolha desses municípios deveu-se às fortes correlações dos mesmos com a metrópole e por formarem área contígua com a capital. (pag, 58).

Dentro desta configuração, Maranguape obtém destaque por ocupar importante posição na hierarquia, sendo que sob a escala estadual veio a ser categorizado como um “centro local” com raio de influência sobre municípios como “Caridade, General Sampaio, Pentecoste e General Paramoti, no Sertão, Pacatuba e Palmácia no maciço de Baturité e Caucaia no litoral...” (OLIVEIRA, 2001, pag 59). Um fator fundamental para explicar a influência de Maranguape nestes municípios se deve a presença da rodovia CE 065, que possibilita o acesso Fortaleza - Baturité, favorecendo o fluxo de pessoas e mercadorias no município.

Podemos considerar que a tendência de aumento demográfico é um aspecto intrínseco às metrópoles, sendo notável a capacidade de atração de pessoas que as mesmas exercem, resultado principalmente da migração populacional proveniente de áreas adjacentes dentro da esfera de influência metropolitana. Tal conjuntura acaba por gerar necessidade de suprir as demandas básicas proveniente do crescente contingente populacional, caracterizadas principalmente pela habitação, trabalho, saúde e educação.

Fortaleza enquanto capital e metrópole regional exerceu um papel fundamental para o desenvolvimento da urbanização em todo o estado. A sua participação se deu referente à sua função como núcleo administrativo para órgãos públicos de esfera municipal, estadual e federal, também apresentando notoriedade no cenário nacional, por se constituir como sede de importantes empresas privadas e instituições acadêmicas de relevância internacional. Como exposto pela autora:

O comércio e a prestação de serviços, que lhe conferiram historicamente a condição de pólo regional, ao extrapolar os limites administrativos do estado do Ceará, se expandiram, nas últimas décadas, gerando novos fluxos e impactando na diversificação e consolidação do espaço metropolitano. Complexifica suas funções, desenvolve os setores da sua economia urbana, e, desse modo, se insere hierarquicamente no contexto nacional e internacional, à medida que se apoia em uma base territorial. (COSTA, AMORA, 2015, pág 42)

A partir do início dos anos 1970 se iniciaram os debates acerca da criação da região metropolitana de Fortaleza, os estudos direcionados a este fim, foram tratados no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF), que culminou na criação da RMF no ano de 1973. Os critérios utilizados para defender este projeto foram descritas no documento, sendo que “(...) a metropolização de Fortaleza aconteceu devido ao alto grau de interdependência social, econômica entre a capital e os municípios vizinhos.” (OLIVEIRA, 2001, pág. 62).

Os demais municípios que compõem a RMF observaram o aumento da imigração populacional, atrelado às vantagens comparativas frente à capital, correspondentes a um custo de vida mais barato, somado ao fácil acesso para Fortaleza, favorecendo a tendência de migração pendular. Este processo pode ser compreendido como sendo atrelado a um crescimento espontâneo, demonstrando que a formação da metrópole não se relaciona somente a um grande movimento migratório unilateral para a capital. Como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 3: RMF - População Residente e Taxa Geométrica de Crescimento Anual

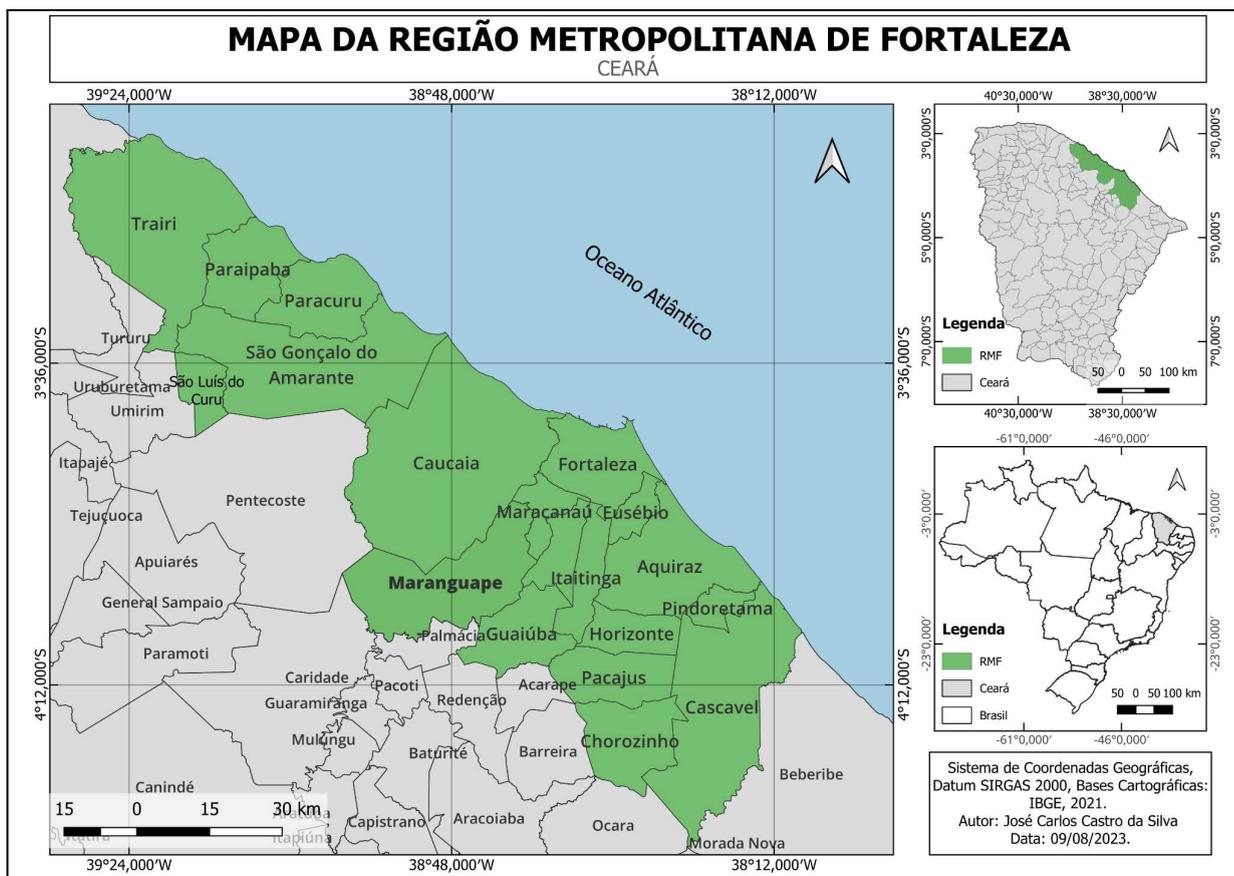
Municípios	População Residente										
	1970	1980	1991	2000	2010	2022	Taxa de crescimento %				
							70/80	80/91	91/2000	2000/2010	2010/2022
Aquiraz	32.507	45.111	46.305	60.469	72.628	80.243	3,33	0,24	3,01	1,85	0,83
Cascavel	39.028	47.677	46.507	57.129	66.142	72.626	2,02	-0,23	2,31	1,48	0,78
Caucaia	54.754	94.108	165.099	250.479	325.441	355.679	5,57	5,24	4,74	2,65	0,74
Chorozinho	8.368	12.386	15.492	18.707	18.915	20.163	4,00	2,05	2,12	0,11	0,53
Eusebio	6.930	12.095	20.410	31.500	46.033	74.170	5,73	4,87	4,94	3,87	4,06
Fortaleza	857.980	1.307.611	1.768.637	2.141.402	2.452.185	2.428.678	4,30	2,78	2,15	1,36	-0,08
Guaiúba	6.063	7.652	17.562	19.884	24.091	24.217	2,35	7,84	1,39	1,94	0,04
Horizonte	7.632	10.202	18.283	33.790	55.187	74.754	2,94	5,45	7,06	5,03	2,56
Itaitinga	-	-	-	29.217	35.817	64.650	-	-	-	2,06	5,04
Maracanaú	15.685	37.894	157.151	179.732	209.057	234.392	9,22	13,80	1,50	1,52	0,96
Maranguape	59.622	91.126	71.705	88.135	113.561	105.093	4,33	-2,16	2,32	2,57	-0,64
Pacajús	33.335	46.976	31.800	44.070	61.838	70.534	3,49	-3,48	3,69	3,45	1,10
Pacatuba	31.916	42.110	60.148	51.696	72.299	81.238	2,81	3,29	-1,67	3,41	0,98
Paracuru	24.522	28.610	20.942	27.541	31.636	38.691	1,55	-2,80	3,09	1,40	1,69
Paraipaba	-	-	19.791	25.462	30.041	32.216	-	-	2,84	1,67	0,58
Pindoretama	-	-	12.442	14.951	18.683	23.345	-	-	2,06	2,25	1,87
São Gonçalo	21.008	24.680	29.286	35.608	43.890	54.021	1,62	1,57	2,20	2,11	1,75
São Luis	7.888	8.149	10.609	11.497	12.332	10.822	0,33	2,43	0,90	0,70	-1,08
Trairi	26.423	29.919	36.344	44.527	51.422	58.415	1,25	1,78	2,28	1,45	1,07
RMF (total)	1.135.800	1.731.951	2.414.348	2.984.689	3.614.871	3.903.947	4,31	3,07	2,38	1,93	0,64
Ceará (total)	4.361.603	5.621.188	6.366.647	7.430.661	8.448.055	8.791.688	2,57	1,14	1,73	1,29	0,33

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022. Adaptado pelo autor em 2023.

Na sua primeira versão, a RMF contava com um total de cinco municípios, sendo eles: Fortaleza (município núcleo), Caucaia, Maranguape, Aquiraz e Pacatuba. Posteriormente foram integrados Maracanaú, Eusébio, Guaiúba e Itaitinga, reconhecidos como municípios emancipados. Podemos destacar que a presença de Maranguape na RMF desde a sua gênese, denota a sua relevância para a estrutura metropolitana, associado a fatores imprescindíveis, como a proximidade com a capital, bem como o meio de acesso principal de produtos e pessoas a Fortaleza com relação a alguns municípios sob o raio de influência de Maranguape, não podendo também esquecer que durante Período de criação da RMF Maracanaú ainda não havia se emancipado e era tido como um distrito de Maranguape.

A tendência de expansão da região metropolitana permaneceu um curso com a inclusão dos municípios de São Gonçalo do Amarante, Pacajus, Horizonte, Chorozinho, Pindoretama e Cascavel em 2009. Poucos anos depois, em 2014 por meio da lei complementar nº 144 de 4 de setembro, houve uma nova integração, sendo inseridos, Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Luís do Curu pertencentes ao litoral leste. Desse modo a RMF passou a ser composta pelo total de 19 municípios. Vale salientar que estas inclusões foram influenciadas, para além do fator de proximidade, mas também pela promoção do elo de ligação destes municípios com Fortaleza, sobremaneira no âmbito econômico do turismo e da indústria, como podemos observar na imagem abaixo.

Figura 6: Mapas municípios da região metropolitana de Fortaleza



Fonte: IBGE, 2021. **Autor:** José Carlos Castro da Silva

O PLANDIRF almejava estimular o desenvolvimento urbano dos municípios vizinhos a Fortaleza que compunham a RMF, para isso foram tomadas medidas que buscassem aumentar a oferta de empregos não agrícolas, impulsionando a construção de habitações próximas das rodovias intermunicipais, fato que se observou em Maranguape que buscou se ajustar a essa dinâmica desta forma a consolidar condições necessárias para logística metropolitana (PAIVA, 2011). Todavia é preciso considerar que tanto Maranguape quanto outros municípios periféricos da RMF tinham inicialmente grande parte de sua economia associados à agropecuária, proporcionando mudança significativa no uso do solo presente nestes municípios, como exposto pela autora:

Embora se cogitasse a possibilidade da existência de um cinturão verde na metrópole, entende-se que a agricultura enquanto atividade econômica deveria acontecer em tempo parcial. Assim, cortou-se drasticamente os incentivos à produção agrícola naqueles municípios que passaram de fornecedores de alimentos à população urbana para fornecedores de

mão-de-obra barata para o mercado industrial em formação na metrópole. (OLIVEIRA, 2001, pág 64).

Maranguape entre os municípios que compunham a RMF, apresentou especial destaque, por apresentar o maior número de relações com Fortaleza entre as décadas de 1980 e 1970. Esta conexão se materializou em especial, através da implantação de conjuntos habitacionais próximos aos limites municipais. Podemos enfatizar a instalação do distrito industrial em 1967 e a criação da central de abastecimento no ano de 1973. O resultado destas medidas se refletiu no aumento vertiginoso da população urbana e decréscimo da população rural, fenômeno que ocorreu de maneira contínua durante boa parte da segunda metade do século XX em Maranguape e outros municípios da RMF (MENDES, 2006).

O estímulo ao desenvolvimento urbano direcionado a Maranguape e aos outros integrantes periféricos da RMF, se deu de maneira condicionada a dependência com a capital, proporcionando uma estrutura favorável à Fortaleza, que busca primariamente suprir as demandas relativas ao município núcleo. O dispêndio proveniente desta relação, se deu pelo aumento das mazelas que vem afetando os demais municípios. Maranguape como parte dessa porção espacial, é impactado por problemas socioambientais diversos influenciados pelo processo de metropolização, como lazer, educação, segurança e em especial a habitação. (FREITAS e PEQUENO, 2015).

A industrialização foi um fator importante para o desdobramento da metropolização na RMF, motivada principalmente pela atuação da SUDENE, a partir dos anos 1960, em conjunto com as políticas habitacionais executadas na esfera estadual e municipal. Mendes (2006) denota que a presença dos incentivos governamentais associados aos planos de desenvolvimento regional, possibilitaram observar o crescimento populacional e ampliação das atividades produtivas em municípios fora da metrópole. Com isso se observou a ascensão da economia na escala estadual proporcionado um substancial aumento no PIB durante os anos 1970. A indústria neste contexto se destaca como principal vetor de difusão da metrópole, protagoniza a reestruturação no espaço produtivo cearense como exposto pela autora:

As indústrias, inicialmente restritas à Fortaleza, vão tomando um distanciamento da metrópole ao implantarem-se no distrito industrial, portanto em um município metropolitano. Nesse sentido, a expansão dessa

atividade foi e ainda continua a ser um agente primordial no processo de ocupação dos espaços metropolitanos, acarretando investimentos em outros setores, principalmente em infraestrutura. (MENDES, 2006, pág. 70)

O contexto pelo qual a realocação das indústrias ocorre é apontado por Costa e Amora (2015) a partir do processo de reestruturação produtiva, que em suma corresponde ao principal mecanismo de transformação da RMF. Este processo se desenvolve em diferentes escalas, no cenário nacional, bem como no estadual, se destaca os anos de 1980 que deram início a uma série de transformações que culminaram na reconfiguração espacial. Podendo citar a promulgação da constituição de 1988, que serviu de marco para o aumento da autonomia das unidades federativas, no âmbito econômico se deu a criação do plano real e por fim o encerramento dos planos regionais de desenvolvimento, seguindo a tendência de descentralização instituída neste período.

Ainda segundo as autoras estas transformações se deram sob a égide do novo período de industrialização que foi marcado pela realocação das indústrias pressionadas por movimentos sindicais em conjunto com a oferta de incentivos fiscais, proporcionando a migração das indústrias para áreas mais favoráveis ao seu funcionamento. A condução desta nova fase é realizada pelas unidades federativas que dentro do regime de descentralização, deram início a chamada guerra fiscal, que buscava atrair investimentos através da redução, e até mesmo isenção de impostos como o ICMS, oferecidos pelos governos estaduais. Este fator aliado ao baixo dispêndio com os recursos humanos, serviram de valioso benefício ao capital privado. Em Maranguape este fenômeno foi observado pela implementação de fábricas como Dakota, HOPE e Mallory.

O contexto que possibilitou estas metamorfoses, se deu por meio da globalização da produção e do consumo que afetam o território cearense e sobremaneira a região metropolitana. Dessa forma se identifica uma nova colocação do estado acerca da divisão social e territorial do trabalho, que buscava sobretudo atender a lógica de produção e consumo globalizados. As atividades econômicas relacionadas ao agronegócio, indústria e turismo, foram as maiores responsáveis, neste contexto, por repercutir no espaço metropolitano um padrão inédito de funcionamento, através da expansão e especialização destes setores, demandando infraestrutura e serviços destinados à sua manutenção.

2.4 Histórico acerca do uso e ocupação do solo em Maranguape

Maranguape teve papel importante no processo de incorporação do Ceará na dinâmica econômica brasileira, tornando-se parte do reduto para insurgência da atividade agrícola no período colonial cearense. A capitania do Ceará foi por muito tempo desconsiderada por não corresponder às expectativas mercantilistas advindas da metrópole portuguesa. O principal ponto que norteou este desinteresse advinha das características naturais desfavoráveis ao plantio da cana de açúcar, produto bastante requisitado neste período.

Como resultado dessa indiferença, houve demora para o início da ocupação da capitania cearense em relação a as capitanias de Pernambuco e da Bahia, a princípio a capitania desempenhou a atividade de criação de gado para abastecimento de outras capitanias e em sequência ocorreu o ciclo do algodão. Foi a partir destes dois marcos produtivos que se iniciou o movimento de ocupação do território cearense. Inicialmente a agricultura surgiu como meio de provimento da população que desempenhava as funções laborais associadas à criação de gado e do algodão, servindo somente como meio de suprir as necessidades básicas de alimentação centrado no cultivo de feijão, milho e mandioca (MENDES, 2006).

Esta conjuntura favoreceu sobremaneira as serras úmidas, que por apresentarem condições ambientais benéficas para o cultivo de diferentes culturas, tais como: solos férteis, fator climático mais agradável, ausência de problemas acerca do abastecimento de água e abundância de área verde, concentravam o interesse dos colonizadores. Com o avanço do processo de colonização houve crescimento da área ocupada pelos portugueses resultado da expulsão e escravização dos grupos indígenas originalmente residentes nestes espaços.⁵

A serra de maranguape é dividida em três partes correspondentes a Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Inicialmente a ocupação deste perímetro se desenvolveu a partir da depressão intermontana, na vertente oriental da serra. O que impulsionou o começo da ocupação se deu pelo interesse de portugueses e holandeses na possibilidade de encontrar na serra de Maranguape, minas de prata como já haviam encontrado na serra da Aratanha. Como os maciços se encontram próximos um do outro, isto facilitou a exploração dos recursos presentes. Outro fator

⁵ Toponímico de maranguape (Toponímia - Palavra originária do tupi, que significa Vale da Batalha) IPCE 2017

que favoreceu este fenômeno, foi a presença do vilarejo pé de serra que veio a se caracterizar como primeiro núcleo de ocupação em Maranguape (ARRUDA, 2001).

Mendes (2006) aponta que Maranguape e Caucaia tiveram o seu processo de ocupação de maneira praticamente simultânea, porém Maranguape acabou sendo desmembrado de Fortaleza primeiro no ano de 1851, posteriormente o distrito ascendeu à categoria de município em 1869 tornado possível a partir disso, que Maranguape obtivesse autonomia administrativa, privilégio que até aquele momento só era destinados a Fortaleza e Aquiraz entre os municípios que compõem a atual RMF.

A cultura cafeeira introduzida no final do século XIX, favoreceu substancialmente o crescimento de Maranguape, que também foi beneficiado no mesmo período com participação em menor escala da cultura da laranja. Lima (2005) destaca que a execução destes segmentos produtivos juntamente com a incorporação de diversas sesmarias por Joaquim Lopes de Abreu ao final do século XVII, serviram para efetivação do processo de ocupação não apenas em Maranguape, mas nos maciços cristalinos como um todo.

A autora também enfatiza que apesar da cultura do café ser majoritariamente associado à região sudeste, também obteve grande importância no processo de delineamento nas serras úmidas cearenses, sua execução se deu de maneira especialmente intensa devido às condições ambientais convenientes, principalmente pela temperatura e pluviosidade, fatores que serviram para potencializar a produção. A alta lucratividade proporcionada por esta atividade, levaram tanto donos de propriedades na serra quanto donos de fazendeiros presentes na depressão sertaneja a investirem nesse segmento, expandindo a área de dominação em duas frentes: o sertão com gado e a serra com café.

O ciclo do café possibilitou o aumento exponencial na disponibilidade de trabalho no perímetro das serras úmidas, ocasionando uma forte onda de migração destinada a este território e a seus arredores, este fenômeno propiciou a gênese e evolução das cidades sob a área de influência dos maciços cristalinos. A produção do café demonstrou notável crescimento chegando até mesmo a ter seu comércio direcionado à exportação com diferentes países da Europa. Os municípios que mais se beneficiaram desta atividade foram Baturité, Maranguape e Fortaleza.

Essa conjuntura indica que o uso para fins agrícolas desempenhados pela serra pode ser considerado longo, sendo que culturas como o café e laranja

serviram não apenas para alavancar a economia, mas também como elementos centrais da configuração espacial e definição da paisagem. O período destacado do século XIX ao XX foram marcados pela criação de diferentes equipamentos urbanos e infraestrutura, como descrito pela autora:

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX (1862 a 1920), época em que o café se constituía na principal economia do município, a cidade de Maranguape passou por significativas transformações urbanas. Entre as intervenções desta época, destacam-se: a construção da igreja matriz; a abertura de espaços para construção de praças (1862); agência postal de correios e telégrafos (1886); arborização das ruas (1910), reforma no mercado público (1911), limpeza de ruas e terrenos baldios (1912), iluminação pública de acetileno (1910) e chegada da energia elétrica (1917) (MENDES, 2006, pág. 54).

A cultura cafeeira no maciço vai dar origem a uma pequena elite que vai ficar ancorada neste segmento, esta classe social vai se projetar como uma camada “nobre” da sociedade maranguapense desenvolvendo hábitos próprios com um modo de vida privilegiado fruto da acumulação de bens e riqueza. Posteriormente, com o declínio produtivo do café, este grupo também acabou sendo dissolvido, deixando como vestígios de sua presença a partir de edificações imponentes como casarões e equipamentos urbanos que sinalizam o auge deste período (ANDRADE, 1986).

O século XIX também foi marcado pela construção de uma obra de grande magnitude do ramal da estrada de ferro de Baturité, que conectava Maranguape a Fortaleza, introduzido em 1875. A via férrea que cortava a porção central do município, conduz o desenvolvimento da cidade para sudeste, ampliando a comunicação entre Maranguape e a Capital. Este evento proporcionou a construção de novas edificações e elementos infra estruturais que podem ser observados na atualidade e representam a dinâmica relacionada a esta época.

O início do século XX teve destaque pela grande migração gerada pela seca de 1915. O município recebeu um amplo contingente de pessoas que estavam saindo do interior do estado, especialmente da porção central do sertão em busca de condições mais favoráveis, ocasionando a ampliação do espaço urbano. O crescimento vai se desenvolver sobremaneira na área do pé da serra que apresenta relevo caracteristicamente mais plano e propício para construção de habitações.

Vale a pena citar o crescimento constante da hegemonia de Fortaleza neste período frente ao restante dos municípios, obtendo notável desenvolvimento

econômico e modernização urbana se tornando o grande centro comercial do Ceará. A capital passou a servir de destino do escoamento das mercadorias agrícolas produzidas tanto das serras úmidas, quanto na depressão sertaneja.

A cultura do café proveniente dos maciços residuais que já estava em estado de decadência desde o final do século XIX, encontrou o seu derradeiro fim em 1929 com a crise econômica global afetando sobremaneira o mercado do café. Por conta disso, a economia cearense passa a direcionar seus investimentos para produção de algodão na área de depressão e da cana de açúcar nas serras úmidas de Maranguape e Caucaia.

Lima (2005) ressalta que especificamente na serra de Maranguape o café passa a ser substituído pela banana como principal elemento da pauta produtiva. No perímetro sertanejo do município, a cultura algodoeira se torna hegemônica, o desempenho deste segmento produtivo obtém grande relevância para Maranguape, tornando o município um dos mais destacados na produção do algodão em todo estado do Ceará. Este tipo de cultivo exerceu domínio na área rural do município, favorecendo o surgimento de pequenos produtores que passaram a fazer parte do quadro produtivo do algodão em Maranguape. O ramal ferroviário teve grande importância para o transporte de parte das mercadorias produzidas, com o restante delas sendo beneficiadas dentro do próprio município, possibilitando o surgimento de pequenas fábricas na área interiorana.

Matos (1966) aponta que o surgimento das primeiras indústrias em Maranguape ocorreu mediante as condições naturais favoráveis que o município apresentava, *sine qua non* ao desenvolvimento da agricultura. As culturas como do algodão, cana de açúcar e a mandioca serviram de estímulo para instalação das primeiras fábricas bem como implantação da infraestrutura necessária para manutenção desta atividade, com destaque para criação de estradas que facilitam o deslocamento e venda das mercadorias produzidas nas unidades fabris.

Em meados da década de 1940 a serra passa a ser ocupada por fortalezenses, que construíram sítios voltados para o cultivo da banana. A mão de obra utilizada era majoritariamente de habitantes locais ou posseiros que viam no desenvolvimento da atividade um meio de sustento. O contexto sob o qual essa nova fase de ocupação ocorreu se caracteriza pela facilidade de acesso devido a CE 065 e o barateamento do valor da terra. Para além do uso agrícola também houve o reconhecimento do valor paisagístico e dos elementos naturais que possibilitam

compor um ambiente com clima agradável e aconchegante propício para ser cooptado pela tendência de exaltação das atividades de lazer. Por conta disso foram construídas nesse período diversas de segundas residências, casas de veraneio destinadas ao uso no período de férias, promovendo um contraste com o ritmo caótico da cidade oferecendo tranquilidade e interação com a natureza (MENDES, 2006).

A bananicultura na serra de Maranguape atingiu o ápice produtivo por volta dos anos 1960, neste mesmo período se passou a observar o resultado negativo dos impactos ambientais, causados pela execução desta atividade nos maciços. Lima (2005) ressalta que apesar das dificuldades de acesso, a ocupação e uso do solo da serra de Maranguape ocorreu de maneira sucessiva, isso por conta das condições naturais favoráveis à exploração agrícola. Porém, o autor destaca que os problemas decorrentes do desgaste do solo e perda da biodiversidade como um todo advém não apenas da cultura da banana, mas do longo período de exploração que os maciços cristalinos foram submetidos, onde houve o uso intenso do solo através de práticas que retiraram a vegetação nativa que proporcionaram grande impacto em especial nas vertentes. Como resultado ocorreu o derretimento das encostas, ocasionando deslizamentos de terra que soterrou residenciais, gerando prejuízos imensuráveis à biodiversidade, chegando até mesmo a causar a morte de agricultores.

Rigotto (2004) afirma que além desses incidentes provenientes do uso exploratório da serra, também houve o acompanhamento de um grande encolhimento na produção agrícola em todo município. Por volta dos anos 1980 o setor primário perdeu uma boa parcela de participação no PIB de Maranguape, entre os motivos já citados, houve o surgimento de uma praga que desestabilizou a produção de algodão, provocando o declínio desta atividade no município. Após esses eventos grande parte das atividades agrícolas foram descontinuadas. O autor ainda menciona que a dificuldade do empresariado rural em seguir mantendo a atividade agrícola de maneira rentável em Maranguape, se deu em suma pela ausência de investimentos na modernização do processo produtivo, que deveria ser ajustado à realidade socioambiental para que pudesse se desenvolver de maneira sustentável e duradoura.

A observação histórica de Maranguape nos possibilita constatar a estreita ligação do município com o desenvolvimento da atividade agrícola. A segunda

metade do século XX, no entanto, foi marcada pela diminuição substancial da agricultura na economia, perdendo o posto de motor econômico, sendo substituído pelo avanço do setor industrial no município e pelo setor de serviços, seguindo a tendência presente nos municípios que vem a compor a RMF.

A análise temporal, contribui fundamentalmente para o olhar integral acerca da configuração espacial, pois além de identificar a sua composição concreta, possibilita identificar quais são os elementos de sua formação. Deste modo Santos (1996) pontua que o espaço e o tempo desenvolvem entre si uma relação complexa, o que resulta na dificuldade em detectar os mecanismos que atuam na transcrição dos sistemas temporais no espaço. Silva (2009) aponta que o estudo acerca deste tema é de suma importância pois serve como "...uma referência importante para a compreensão da história social do território, dos processos de produção do território, das relações de poder e da produção material da sociedade" (Pag. 13). Com base nisso entendemos que a abordagem ao processo histórico de formação e ordenamento em Maranguape é um requisito indispensável para a compreensão panorâmica da realidade atual do município, em especial neste caso, com relação à agropecuária.

3. REFLEXÕES ACERCA DA AGRICULTURA PERIURBANA EM MARANGUAPE

Este capítulo propõe caracterizar a agricultura dentro da faixa periurbana de Maranguape. Para isso iniciamos apresentando a metodologia desenvolvida no estudo, para que na sequência possamos retratar o comportamento da agricultura no contexto geral do município, estabelecendo um panorama baseado nos dados acerca da atividade e escala de produção. Na sequência propomos um modelo de delimitação da área periurbana em Maranguape derivado do zoneamento urbano do município.

Por fim, buscaremos descrever a agricultura presente na zona periurbana de Maranguape. Para isso, os dados coletados em campo acerca do Bairro Santos Dumont, localizado no distrito sede de Maranguape serão bastante importantes.

3.1 Metodologia da Pesquisa

Nesta seção expomos o meio pelo qual se desenvolveu o levantamento de dados, bem como o método utilizado para caracterizar o espaço periurbano em Maranguape e investigar a presença da atividade agrícola neste perímetro.

3.1.1 Matriz de dados

Para a descrição da atividade agrícola no município foram utilizados dados do Censo agropecuário de 2017, dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), e da plataforma IBGE Cidades que possibilitaram compor o panorama da situação agrícola no município. Também foram utilizados dados concedidos pela Cooperativa Agroecológica da Agricultura Familiar do Caminho de Assis (Cooperfam) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que correspondem à atuação da agricultura familiar que se caracteriza como o grupo mais proeminente na atividade agropecuária no município.

Para a realização do zoneamento das áreas urbanas e rurais do município se fez uso da malha de setores censitários atualizada de 2019, disponibilizada pelo IBGE, contendo a classificação dos setores por situação que se encontra disponível na plataforma do Instituto no formato de *shapefile* e que foi editado no programa Qgis. A mesma base de dados foi aproveitada para delimitação da área periurbana

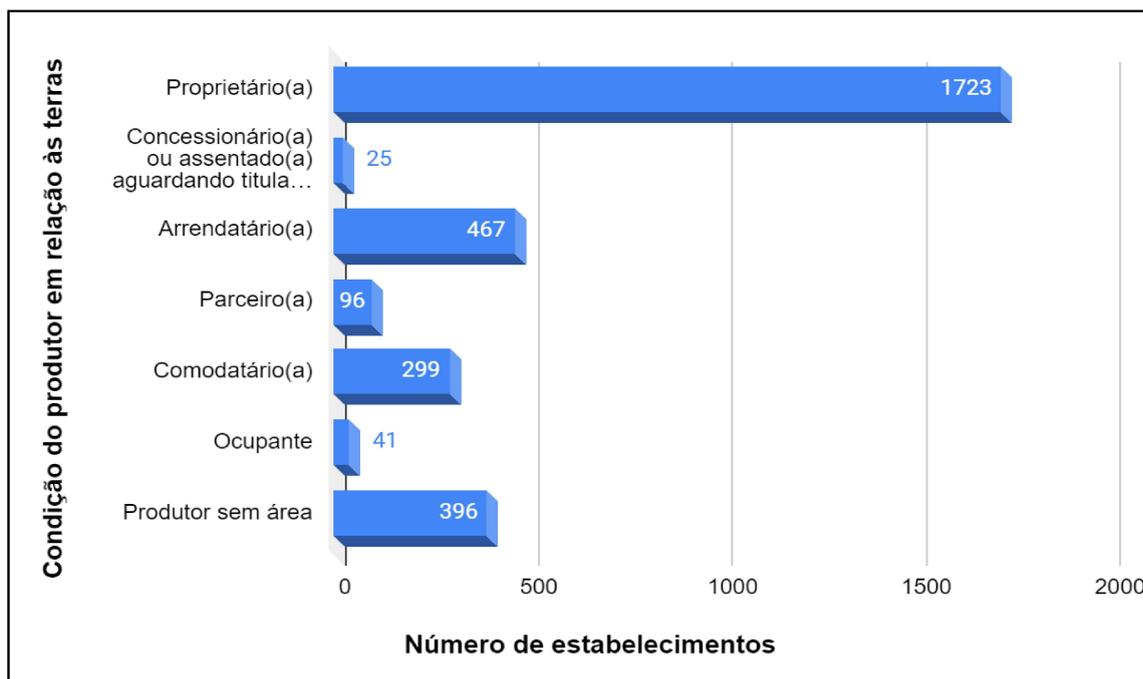
se valendo da combinação das definições dispostas pelo IBGE com as definições teóricas referentes aos espaços de borda da cidade.

Por fim, o trabalho também contou com pesquisa de Campo em que se foi abordado uma propriedade agrícola presente na faixa periurbana do bairro Santos Dumont, que foi selecionada para o uso amostral da pesquisa. Nesta propriedade foi entrevistado o proprietário e alguns funcionários que responderam um questionário com quinze questões voltadas acerca do funcionamento da atividade bem como o contexto de localização em que ela se insere.

3.2 Breve apresentação da agropecuária em Maranguape

A despeito do quadro demonstrativo da concentração de terras agricultáveis no estado do Ceará, há uma porção expressiva destinada a pequenos e médios produtores, sendo que os estabelecimentos com mais de 100 ha constituem apenas 4,54% de todos os estabelecimentos, porém 64,66% da área total segundo dados do IPECE (2007). Neste contexto, apesar do encolhimento expressivo do setor agrícola em Maranguape nas últimas décadas, a atividade persiste, em especial através dos núcleos de produção familiar. Isso ocorre por conta que o processo de urbanização do município assimilou diversas áreas com elevado potencial agrícola, com destaque para os arredores da cidade e as vilas distritais, o que gerou o que pode ser chamado de zonas rurais persistentes, que apesar de estarem inseridas no território e lógica urbana, mantêm hábitos agrários (PONTE, 2018). Compreendemos que estes espaços de borda em que são observadas essas reminiscências de atividades agrárias fora da área rural representam, em parte, um indicador da periurbanização presente no município.

A relação com terra exercida pelos produtores em Maranguape é em sua maioria a de proprietário, porém também se destaca a de arrendatário, comodatário e produtores sem área, como exibido na figura:

Figura 7 – Maranguape – Condições do proprietário em relação a terra

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Adaptado pelo autor em 2023.

O número total de estabelecimentos agropecuários em Maranguape é de 3047 e ocupam uma área de 32.689 hectares, esses estabelecimentos constituem como área de ocupação laboral de 6.452 pessoas (IBGE, 2017). Desse total de estabelecimentos temos que cerca de 1.627 correspondem a estabelecimentos de agricultura familiar, o que representa mais de 54% do número total de estabelecimentos. Estas informações podem ser observadas na seguinte tabela:

Tabela 4: Número de estabelecimentos agrícolas em Maranguape, 2017.

Grupos de atividade econômica	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	TOTAL
Produção de lavouras temporárias	702	697	1399
Horticultura e floricultura	45	12	57
Produção de lavouras permanentes	171	107	278
Pecuária e criação de outros animais	634	538	1172
Produção florestal - florestas plantadas	3	3	6

Produção florestal - florestas nativas	65	62	127
Pesca	7	1	8
Total	1627	1420	3047

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Adaptado pelo autor em 2023.

As produções agrícolas no Ceará de maior expressividade se caracterizam pela cultura permanentes da banana, coco-da-baía, castanha de caju, mamão, maracujá e manga. Acerca das culturas temporárias, tem destaque a cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, melão, tomate e arroz. No caso de Maranguape, se identifica uma ampla diversidade de culturas tanto permanente quanto temporárias, que tem como escoamento principal a central de abastecimento (CEASA) localizada em Maracanaú. As tabelas a seguir apresentam os tipos de produção agrícola permanente e temporária que são praticados em Maranguape.

Tabela 5: Produção Agrícola Lavoura Permanente de Maranguape

Tipo de Produção	Quantidade (em toneladas)	Valor da produção (x 1000) R\$	Área destinada à colheita (ha)
Banana (cacho)	2.188	4.016,00	317
Castanha de Caju	5	17,00	33
Coco-da-Baía	91	99,00	10
Goiaba	594	1.577,00	50
Laranja	26	41,00	4
Mamão	99	187,00	1
Manga	413	549,00	50
Maracujá	428	1.562,00	20

Fonte: IBGE cidades 2022. Adaptado pelo autor em 2023.

Tabela 6 : Produção Agrícola- Lavoura Temporária

Tipo de Produção	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (toneladas)	Área colhida (hectares)	Valor da produção (x 1000) R\$
Abóbora, Moranga, Jerimum	916	685	693	394,993
Arroz (Com casca)	49	28	41	23,162
Cana de açúcar	20	431	15	240,076
Fava (grão)	649	135	250	257,19
Feijão	2.378	325	2.169	579,056
Mandioca (aipim, macaxeira)	62	31	25	50,933
Melancia	123	72	30	149,027
Milho	2.351	1.374	2.221	1.048,724

FONTE: IBGE, censo agropecuário 2017. Adaptado pelo autor em 2023.

Os estabelecimentos agrícolas localizados em Maranguape são em sua maioria, como já mencionado, de pequeno e médio porte, sendo que a área em média que eles possuem varia de 15 a 25 hectares. Como podemos averiguar na seguinte tabela.

Tabela 7: Número de estabelecimentos por grupo de área em Maranguape

Área (hectares)	Estabelecimentos
Mais de 0 a menos de 10	2363
De 10 a menos de 50	197
De 50 a menos de 200	67
De 200 a menos de 10.000	24
Produtor sem área	396
Total	3047

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017. Adaptado pelo autor em 2023.

A pecuária em Maranguape obtém destaque por meio da produção de bovinos e suínos, considerada de grande qualidade e sendo reconhecida a nível estadual, rivalizando nestes segmentos com o município do Crato no sul do estado que detém de uma alta oferta de carne para o mercado, com este fenômeno podendo ser explicado pela presença de aspectos naturais favoráveis ao desenvolvimento desta atividade. A relevância acerca da produção bovina e suína em Maranguape é confirmada pela presença de estabelecimentos especializados na oferta destes produtos, oferecendo desde bezerros recém desmamados a vacas já em lactação.

Em conjunto ao setor de bovinos, a produção de leite no município, obteve notável crescimento nas últimas décadas sendo considerada uma das mais proeminentes em todo estado do Ceará, possuindo indústrias de grande porte com alto investimento, que realizam uma produção anual de cerca de 2.989.000 litros de leite segundo dados do censo agropecuário de 2017.

De maneira geral a produção agrícola do município possui caráter majoritariamente familiar, sendo considerada de médio porte, com um mercado interno suficientemente desenvolvido com potencial de ampliação da margem de autonomia de Maranguape em relação a Fortaleza. O estímulo à produção agrícola e ao mercado interno ocorre através da valorização da produção local, que apresenta uma série de vantagens em relação a produtos originados fora do município, como preços mais baixos, facilidade de acesso, e qualidade superior, propiciando um custo-benefício favorável para o público consumidor. Como meio de fortalecimento e ampliação deste setor são aplicadas políticas públicas que prestam apoio às cooperativas e sindicatos relacionados à atividade agrícola no município.

Ainda com relação aos investimentos direcionados a agricultura maranguapense, Ponte (2018) menciona a aplicação de 1,2 milhões realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que foi direcionada a aquisição de produtos em natura ofertados pela Cooperativa Agroecológica da Agricultura Familiar do Caminho de Assis (Cooperfam) que se localiza em Maranguape. Esta organização tem como base a produção de produtos orgânicos resultado do trabalho de pequenos e médios agricultores, que são em sua maioria destinados às instituições de ensino, creches e entidades de assistência social que são compreendidas em Maranguape e Fortaleza. Esses produtos obtém destaque por não conterem agrotóxicos e apresentarem um processo produtivo amigável ao

meio ambiente. A COOPERFAM conta com trabalhadores de diferentes municípios como: Maracanaú, Maranguape, Palmácia, Paramoti, Caridade e Canindé, somando um total de 272 agricultores familiares.

O programa propicia a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, dispensada a licitação, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados nos mercados regionais. Os alimentos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial e equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. Os produtos também podem compor estoques estratégicos do Governo Federal e serem direcionados para complementar a alimentação de famílias em situação de vulnerabilidade social e grupos populacionais específicos. Ainda, o programa disponibiliza instrumentos para que agricultores familiares estoquem seus produtos para comercialização, sob condições mais favoráveis e por preços mais justos. (MDS, 2010, pág. 03)

A cooperativa impacta em especial na dinâmica comunitária promovendo feiras e eventos que buscam ressaltar as raízes culturais da população sertaneja, a exemplo da Feira de Agricultura Familiar de Maranguape (Agromap), que além de comercialização de produtos agrícolas e artesanato, promove atrações artísticas.

Figura 8: Logo da Cooperfam - CE



Fonte: Cooperfam, 2023.

Como observado, a produção agrícola familiar é fornecida para diferentes instituições públicas, o que caracteriza o acesso mais abrangente da população a alimentos de origem local, esses incentivos têm se mostrado de grande proveito para o desenvolvimento do mercado de consumo interno, propiciando o meio de renda e sustento para famílias que participam da atividade. Os espaços escolares têm destaque, pois além de apresentarem os benefícios já citados, também

exercitam o aprendizado acerca do valor da agricultura local como meio de nutrição e preservação da agricultura familiar de Maranguape.

Para além da participação da agricultura no contexto rural, também obtém destaque a atividade agrícola praticada no âmbito urbano, que se desenvolve em especial através de pequenas hortas voltadas para autoconsumo e de uso domiciliar (SEAGRI, 2021). A agricultura também se encontra presente nas áreas de entorno da cidade de Maranguape, a sua ocorrência, neste sentido, acaba por sinalizar o delineamento da faixa periurbana no município, o que será tratado no capítulo seguinte.

3.3 Delimitação do Espaço Periurbano em Maranguape

Como forma de delimitar o que poderia ser compreendido como perímetro periurbano em Maranguape, utilizamos da base de dados levantada, camadas dos setores censitários do IBGE do ano de 2019. Buscamos desta forma, interpretar a divisão do município estabelecida por zonas que se categorizam em diferentes situações, com isso associando as definições propostas pelo IBGE com os conceitos de espaço periurbano que foram discutidos neste trabalho.

Acerca da definição de setor censitário temos, que ele seria:

a unidade espacial de coleta de informações utilizada pelo IBGE para a realização das pesquisas. É estabelecido a partir de critérios que associam número de domicílios à adequação da área a ser percorrida pela pessoa que realiza a coleta de dados. O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador. (IBGE, 2011, pág. 21)

A escolha pelo uso da ferramenta dos setores censitários se dá pelo fato de considerarmos que os mesmos se encontram de acordo com a legislação municipal para a delimitação da área urbana e rural, não apenas discriminado um do outro, mas classificando com base na situação e tipo de cada setor, possibilitando desta forma elaborar um zoneamento que leve em conta as diferenças existentes entre os tipos de setores urbano e os tipos de setores rurais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em virtude do censo agropecuário de 2017 disponibilizou a descrição acerca dos aspectos da malha

censitária, o que corresponde a caracterização por situação e tipo dos setores censitários. Nesta descrição são apresentados 8 diferentes códigos que compreendem a situação de cada setor, sendo 3 deles para descrição de setores urbanos e 5 para setores rurais (IBGE, 2017).

Como podem ser especificados da seguinte forma:

- Código da Situação/ Descrição da Variável
 - Situação urbana – códigos: 1, 2 e 3
 - 1 - Área urbanizada de cidade ou vila
 - 2 - Área não-urbanizada de cidade ou vila
 - 3 - Área urbana isolada

 - Situação rural – códigos: 4, 5, 6, 7 e 8.
 - 4 - Aglomerado rural de extensão urbana
 - 5 - Aglomerado rural isolado – povoado
 - 6 - Aglomerado rural isolado – núcleo
 - 7 - Aglomerado rural isolado - outros aglomerados
 - 8 - Zona rural, exclusive aglomerado rural

Em Maranguape vamos contar com a presença da situação 1, 2, 3, 5, 7 e 8. No caso da Área Urbanizada de Cidade ou Vila (código 1), temos maior ocorrência no distrito sede onde se localiza a cidade e nos núcleos urbanos das vilas distritais. Esta área além de ser legalmente definida como urbana é caracterizada por alta densidade habitacional, loteamentos, construções, arruamentos, intensa ocupação humana e transformações decorrentes do desenvolvimento urbano.

Na sequência temos a Área não Urbanizada de Cidade ou Vila (código 2), que seria aquela legalmente definida como urbana, porém caracterizada por ocupação predominantemente rural, apresentando grande extensão de terra com baixa densidade habitacional e construtiva. Nesta porção territorial especificamente, acreditamos que se tenha a presença do espaço periurbano o que discutiremos com mais detalhes neste capítulo posteriormente.

Área Urbana Isolada (código 3): é a área definida e denominada por lei municipal, e separada da sede municipal (cidade) ou distrital (vila) por área rural ou por outro limite legal. Este recorte apresenta baixa expressividade em questão ocorrência em Maranguape como um todo, e se localiza em áreas de distritos no interior do município.

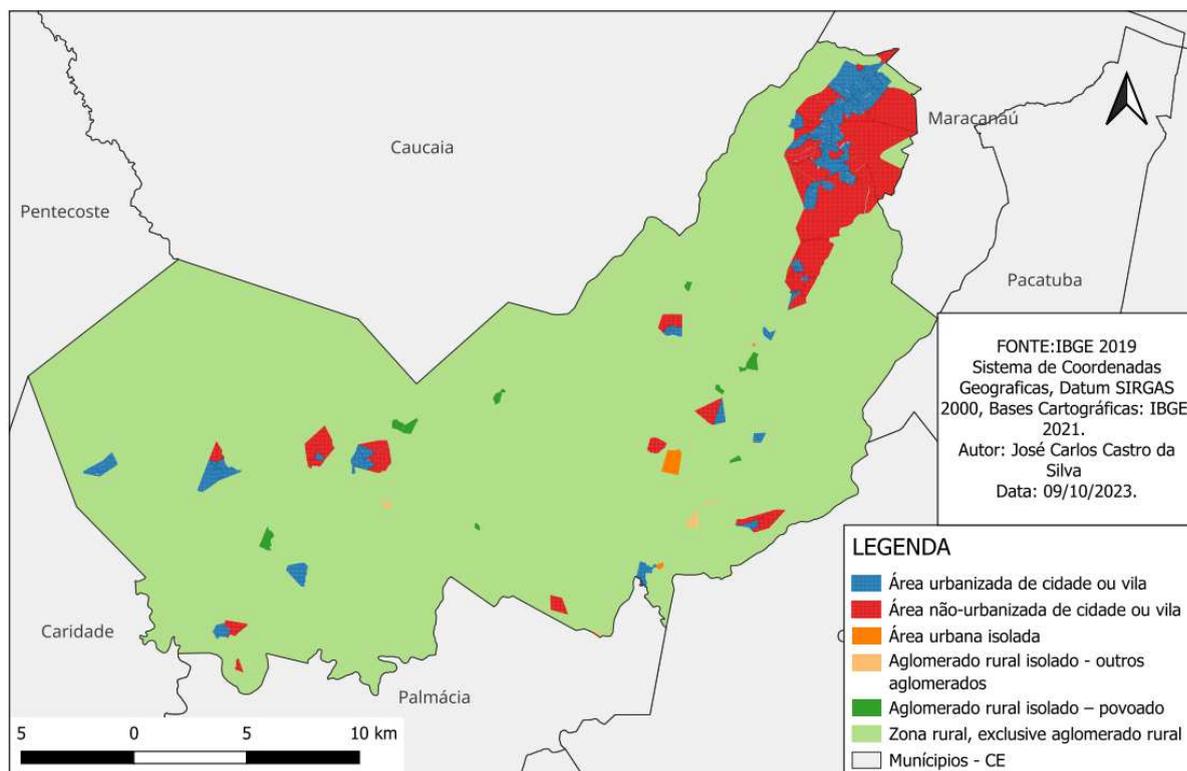
Sobre as áreas rurais, vamos ter o Povoado (código 5), estas seriam oss aglomerado rurais isolados sem caráter privado ou empresarial, desta forma, não se encontra vinculado a somente um proprietário do solo (empresa agrícola, indústrias, usinas etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas primárias (extrativismo vegetal, animal e mineral, e atividades agropecuárias), secundárias (industriais em geral) ou terciárias (comércio e serviços) no próprio aglomerado ou fora dele. Para serem isolados no setor devem conter no mínimo 50 domicílios, distantes entre si não mais que 50m. Contém baixa ocorrência em Maranguape e representa pequenas áreas relativamente próximas a perímetros urbanos.

Teríamos ainda aqueles que estariam classificados como “Outros Aglomerados Rurais Isolados (código 7)”, sendo considerado todo o aglomerado rural isolado que não dispõe, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos urbanos definidores dos povoados e que também não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.). como condição para serem individualizados num único setor devem conter no mínimo 50 domicílios, distantes entre si não mais que 50m.

Por último temos a Área Rural (código 8), que seria aquela que não foi incluída no perímetro urbano por lei municipal. Caracteriza-se pelo uso rústico do solo, com grandes extensões de terra e baixa densidade habitacional. Incluem campos, florestas, lavouras, pastos etc. Em Maranguape este se constitui como o perímetro mais abrangente ocorrendo nas serras em áreas do sopé a até os topos, bem como em boa parte da área semiárida em distritos com exceção do distrito sede.

A representação destes setores corresponde a configuração da área de Maranguape, que pode ser visualizada no cartograma a seguir.

Figura 9: Zoneamento por situação censitária em Maranguape



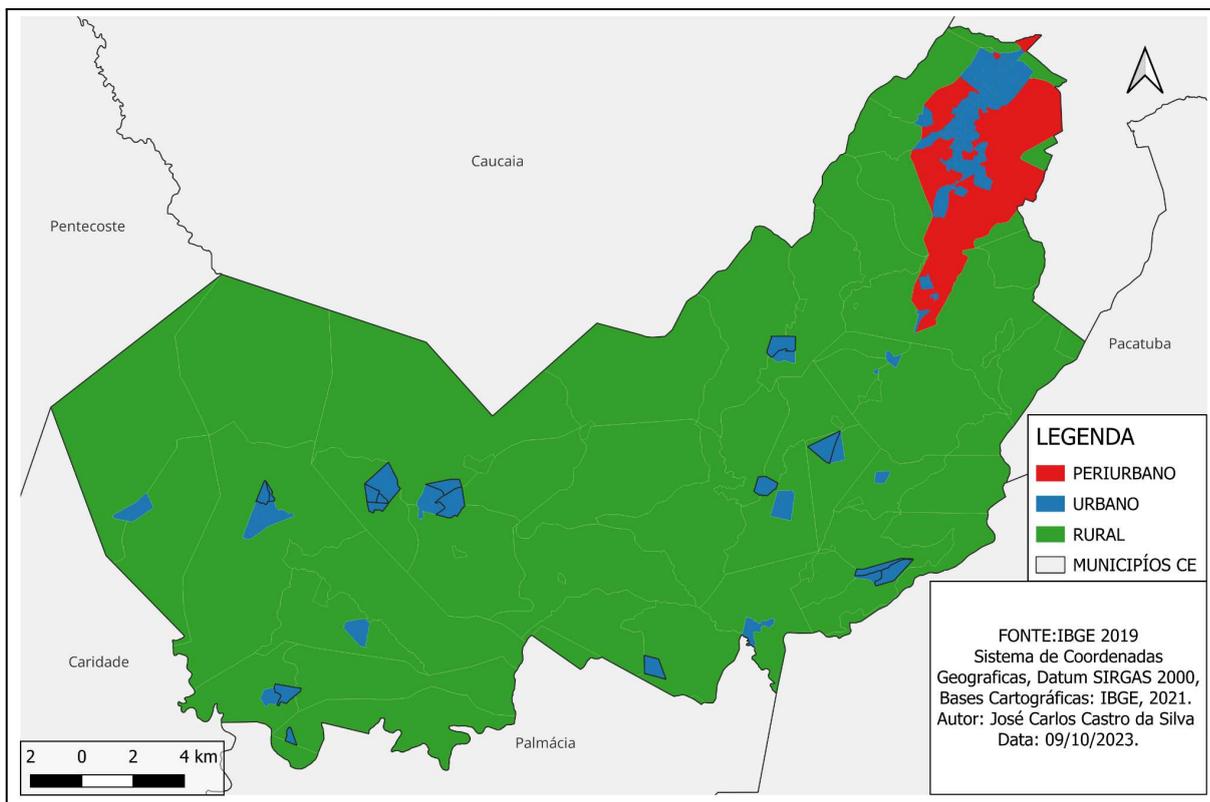
Fonte: Adaptado do IBGE 2019. **Autor:** José Carlos Castro da Silva,

Para construção deste mapa temático foi levado em conta o *shapefile* setores censitários de Maranguape disponibilizados pela plataforma do IBGE (2017) na internet, e foram editados no QGIS utilizando a discriminação por situação de camadas, podendo desta forma estabelecer um zoneamento que possibilitasse visualizar o perímetro das diferentes zonas rurais e urbanas em Maranguape.⁶

Para definição do perímetro periurbano se buscou adaptar estas classificações considerando os aspectos de semelhança nas definições que foram discutidas neste trabalho. Com podemos afirmar o seguinte: a área urbanizada de cidade ou vila em conjunto com a área urbana isolada como sendo a área urbana típica, e a área não urbanizada de cidade ou vila nos arredores do perímetro intraurbano no distrito sede, como aquela que podemos classificar como o espaço periurbano. Por último temos os setores rurais que foram mesclados como um só. Desta forma temos a seguinte imagem:

⁶ Adquirido a partir do portal do IBGE, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html> . Visitado em 30 de agosto de 2023.

Figura 10: Delimitação da Área Periurbana em Maranguape



Fonte: Adaptado IBGE 2019. **Autor:** José Carlos Castro da Silva.

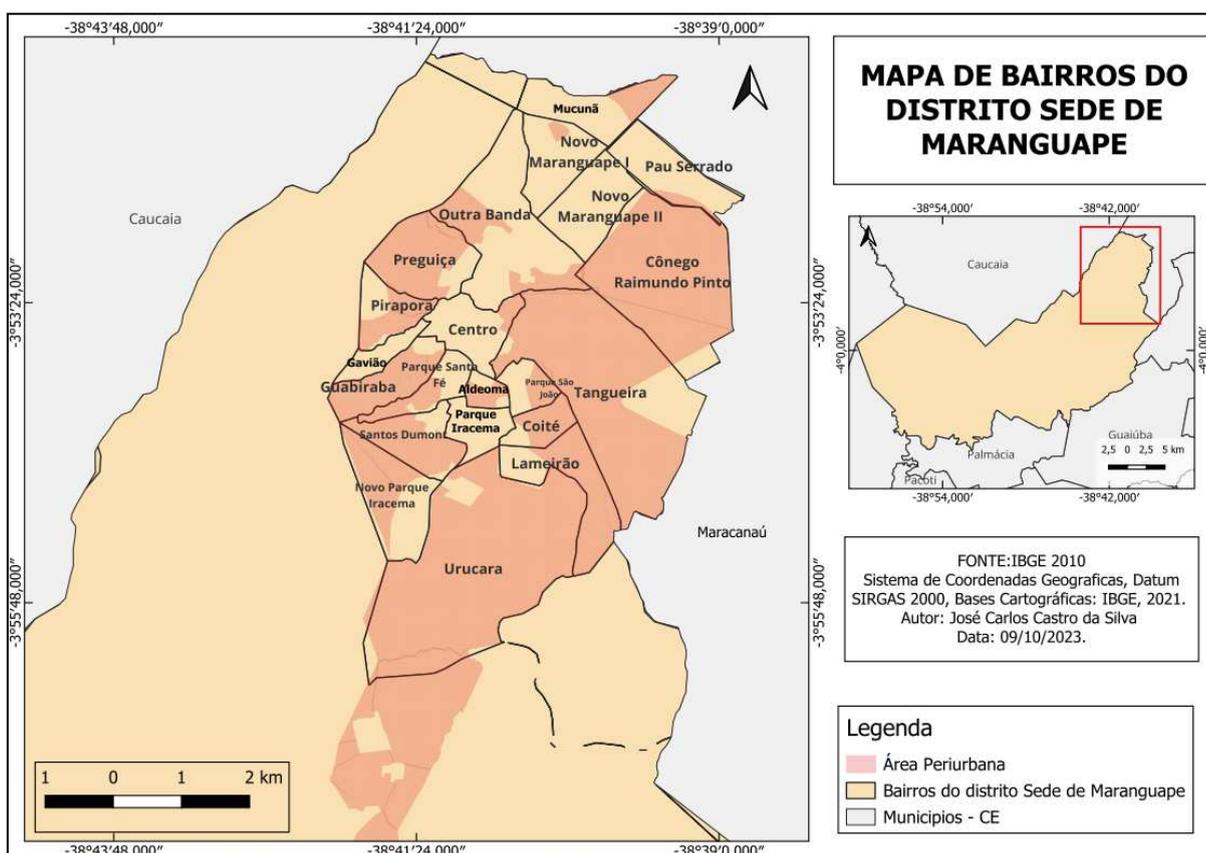
O espaço Periurbano nessa situação corresponde a área não urbanizada de uso da cidade (código 2), que se encontra nos arredores da cidade presente no distrito sede do município, estando sob influência direta do núcleo citadino, o que é intrinsecamente correspondente ao próprio significado de periurbano, que geralmente é caracterizado como sendo um espaço transitório entre a cidade e o espaço rural, com a forte presença de plurifuncionalidade. A geração deste perímetro ocorreu por conta da urbanização difusa e fragmentação da cidade, ocorrendo pela cooptação de espaços rurais próximos, o que é corroborado por Sousa (2005) ao afirmar que o espaço periurbano é previamente rural e eventualmente assimilado pela lógica da cidade, até ser completamente integrado a ela.

Entendemos que apesar de não existir uma métrica exata para delineamento do espaço periurbano, sendo que até mesmo o seu conceito, como apontado por Vale (2005), não se constitui como uma unanimidade entre os pesquisadores, é possível definir aspectos centrais que podem ser correlacionados com os levantamentos produzidos por institutos como o IBGE. Desta forma, mesmo com a

provável margem de limitação gerada por este modelo, é possível utilizá-lo como exercício para a identificação de áreas com aspectos de periurbanização.

No caso de Maranguape, este perímetro é composto por diferentes bairros do distrito sede que se encontram integrados em parte ou totalmente a faixa definida como periurbana. Estes bairros são Urucará, Novo Parque Iracema, Santos Dumont, Parque Santa Fé, Guabiraba, Pirapora, Preguiça Outra Banda, Cônego Raimundo Pinto, Tangureira, Parque São João, Coité, Lameirão e Mucuna. Estes bairros além de serem circunvizinhos entre si, se organizam ao redor do centro da cidade, estabelecendo uma dinâmica estreita com perímetro intraurbano, ao passo que também se conecta e ressoam com a imensidão rural do município.

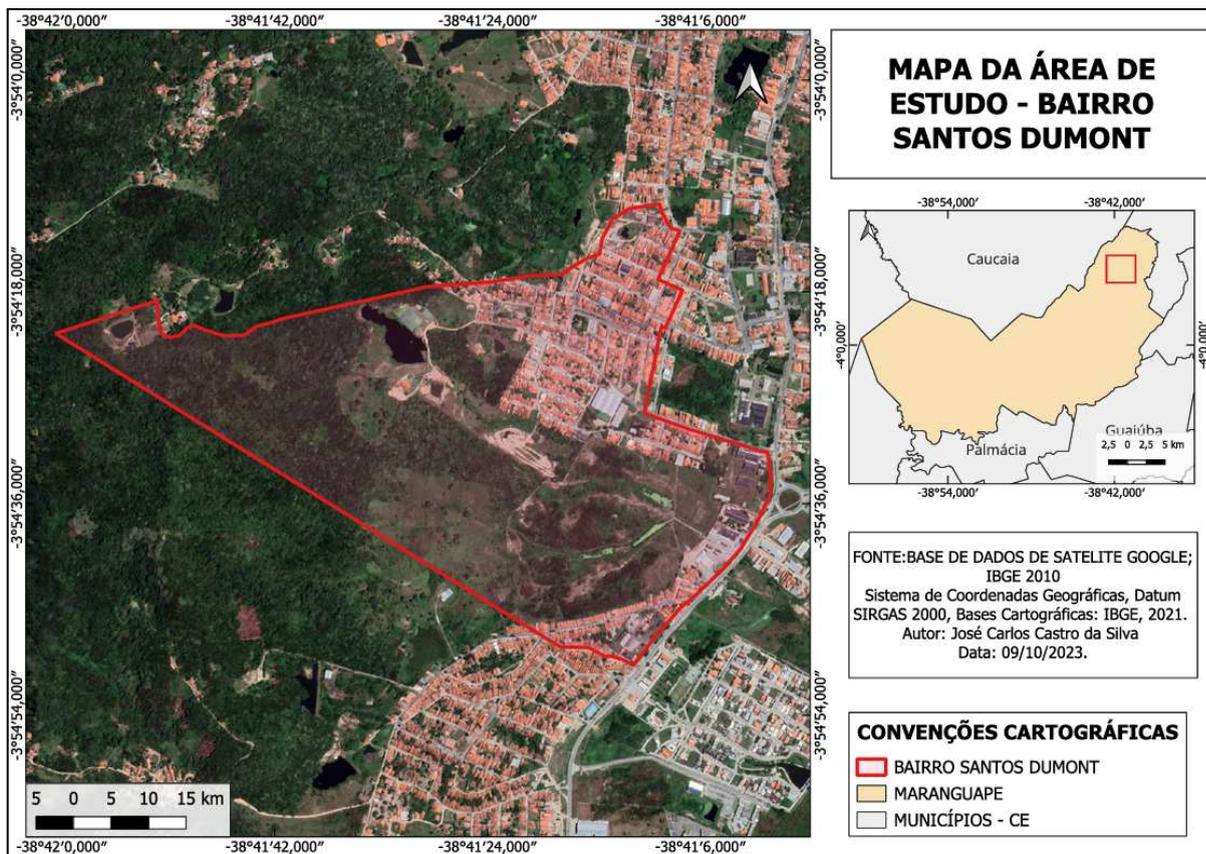
Figura 11: Mapa de bairros do distrito sede de Maranguape



Fonte: Adaptado IBGE 2010. **Autor:** José Carlos Castro da Silva.

Para fins de uso desta pesquisa selecionamos o bairro Santos Dumont, por além se encontrar na faixa transitória de espaço urbano e rural, contém a presença de equipamentos típicos do fenômeno de plurifuncionalidade que podem ser abordados como sendo representantes da área periurbana em Maranguape.

Figura 12: Mapa do bairro Santos Dumont em Maranguape



Fonte: Adaptado IBGE 2010. **Autor:** José Carlos Castro da Silva.

O bairro Santos Dumont se localiza próximo ao bairro do Centro que consiste no núcleo citadino de Maranguape. Segundo dados do Censo demográfico de 2010 do IBGE, o bairro conta 2149 habitantes estando totalmente inserido na faixa urbana, o maior adensamento residencial e demográfico é observado nas proximidades com a avenida CE -065 seguindo o padrão identificado entre os demais bairros do distrito sede. A localidade apresenta adjacência com a serra de Maranguape estabelecida como perímetro rural, na porção com malha urbana mais desenvolvida são identificados comércios diversos, bares, estabelecimentos de ensino, academia, restaurantes e lanchonetes entre outros. Já na porção oeste com menor adensamento é identificado a presença de atividade agrícola de menor porte de caráter familiar, que será abordado com mais detalhes em sequência.

3.4 A atividade agrícola no espaço periurbano de Maranguape

Para que lográssemos êxito na compreensão acerca da agricultura e da percepção social acerca deste espaço, realizamos uma visita a uma propriedade agrícola localizada no bairro Santos Dumont. Na verdade, o que queríamos era averiguar o aspecto plurifuncional presente nesta área ao mesmo tempo que observamos o impacto que a proximidade com a cidade exercia na atividade agrícola, desde a logística de produção até o escoamento e distribuição.

A propriedade selecionada tem a presença de uma microempresa especializada na produção hidropônica de alface. O proprietário nos recebeu com fins de nos ceder algumas respostas acerca do modelo de produção e dinâmica associada com a localização do estabelecimento. O conjunto de respostas se mostrou bastante elucidativo e contribuiu sobremaneira com a visualização das particularidades da atividade no contexto da sua localização na faixa periurbana.

Para esclarecimento, a Hidroponia é descrita como um método de produção agrícola considerado alternativo que proporciona um cultivo mais sustentável com menos impacto ao meio ambiente em comparação ao método tradicional. Este tipo de cultivo se baseia na ausência de uso da terra, sendo esta alterada por uma solução de água adicionada com nutrientes, entre outras alternativas, que usa normalmente o uso de canos para a canalização da água.

Figura 13: Portão de entrada da Hidroponia



Fonte: José Carlos Castro da Silva, 2023.

Figura 14 : Rua de acesso para Hidroponia



Fonte: José Carlos Castro da Silva, 2023.

A localização da propriedade se encontra na porção oeste do bairro Santos Dumont, se tratando de uma área com menor densidade de edificações, podendo até mesmo a ser considerada como um entreposto entre área com maior nível de desenvolvimento urbano assimilada pela cidade e a vasta área rural sendo definida principalmente pela presença da serra de Maranguape. Desta forma o perímetro pode ser definido como um terreno pé de serra localizado na franja da cidade.

O terreno além de contar com a hidroponia também contém algumas residências que são usadas pelos próprios funcionários que participam do processo produtivo. O proprietário da área informou que o terreno como um todo mede cerca de 50 hectares e que a hidroponia foi criada em 2009, a compra do terreno como esclarecido por ele, se deu no mesmo período, e desde o início foi pensado com o objetivo da instalação da estufa hidropônica. Apesar da propriedade já ter contado com certa variação na produção de hortaliças como agrião, rúcula, espinafre, couve manteiga entre outros, o grande destaque sempre foi a alface, e que devido a questões logísticas e comerciais o proprietário informou que atualmente a produção se concentra apenas na cultura da alface crespa, que segundo ele tem se mostrado promissora com a produção chegando até a 35.000 pés por mês.

Figura 15: Vista interna da propriedade



Fonte: José Carlos Castro da Silva, 2023.

Figura 16: Interior da hidroponia



Fonte: José Carlos Castro da Silva, 2023.

O estabelecimento conta com quatro funcionários, além do proprietário do terreno e seu sócio, que também trabalham ativamente na produção. O proprietário se declara morador de Fortaleza, mas usa comumente a residência presente no terreno como uma segunda moradia. Existe certa facilidade com o deslocamento pendular devido a propriedade estar a menos de 10 minutos de carro do centro de Maranguape, e também se encontra muito próxima a CE 065, o que garante acesso direto à capital. Os demais funcionários têm residência no próprio bairro Santos Dumont, desta forma estando dentro da área urbana, sendo que um deles mora dentro da propriedade e acumula a função de caseiro, que na prática torna o deslocamento para o trabalho mínimo e serve favoravelmente para a prática da atividade.

O proprietário declara que devido a atividade ser de natureza privada não recebe auxílio ou incentivo por parte do poder público ou ONGs, por conta disso o direcionamento da produção não detém ligação direta com instituições públicas como escolas, hospitais etc. O dono destaca ainda que a maior parte da produção é vendida para intermediários que abastecem o comércio varejista.

As vantagens referentes ao uso do método hidropônico foram apontadas pelo entrevistado como sendo principalmente pela drástica diminuição no uso de água, sendo que segundo afirmado, o dispêndio de recurso hídrico chega a ser 80% menor do que comparado a técnica convencional, para além disto também foi

destacado a rapidez e a praticidade que este processo de produção oferece sem que para isso fosse necessário o uso de equipamentos caros ou muito sofisticados. Como resultado, o gasto geral acaba sendo significativamente reduzido, e possibilitando uma maior margem de rentabilidade. Um aspecto que também merece destaque é o fato de que devido a localização relativamente próxima ao núcleo habitacional do bairro Santos Dumont, a técnica hidropônica evita a possibilidade de contaminação do solo o que poderia gerar, entre outras coisas, a poluição dos lençóis freáticos e prejuízo a população local.



Figura 17: Produção hidropônica.

Fonte: José Carlos Castro da Silva, 2023.



Figura 18: Alfaces Crespa

Fonte: José Carlos Castro da Silva, 2023.

Ao ser indagado acerca do tipo de imposto que é aplicado a propriedade pelo estado, o proprietário afirmou se tratar do Imposto Territorial Rural (ITR), isso nos leva a considerar que mesmo a legislação municipal classificando este perímetro como sendo de caráter urbano, estando dentro da instância considerada como área de expansão da cidade, o entendimento que se constatou, a despeito do zoneamento municipal, é da propriedade ainda sendo tratada como rural pelo poder público. Por conta disso, o proprietário afirmou que o entendimento que se tem entre os funcionários do estabelecimento, se trata de serem trabalhadores da área rural, apesar de reconhecer o fator incomum de aproximação da propriedade com o núcleo citadino.

O escoamento da produção foi informado como sendo em grande parte direcionado para Fortaleza, Maracanaú e outros municípios da RMF, sendo este montante cerca de 70% que é direcionado para o atacado. Apesar disto o

proprietário informou que o estabelecimento conta com um público cativo no município, principalmente nos distritos sede, este público aparenta valorizar o método de cultivo devido a ele se tratar de uma técnica alternativa para produção de hortaliças, caracterizado como mais sustentável e capaz de fornecer alimentos mais saudáveis que os convencionais, e isso acaba por cooptar esta clientela. Para além disso, muitos ficam inicialmente intrigados pela forma como os alfaces são cultivados, o entrevistado ainda reforça que a possibilidade de contato direto com alimento bem como a possibilidade de observar todo processo, resulta na confiança do consumidor na procedência da mercadoria.

Figura 19: Alface crespa no estágio intermediário de maturação



Fonte: José Carlos Castro da Silva, 2023.

Ao ser questionado acerca da motivação para dar início ao empreendimento da plantação hidropônica nos limites do Bairro Santos Dumont, o proprietário esclareceu que havia tomado conhecimento desta técnica a cerca de 20 anos quando trabalhava em um supermercado em Fortaleza, devido ao baixo custo e a possibilidade de realização desta atividade próximo aos limites da cidade acabou por convencê-lo a investir neste segmento. Quanto à localização em Maranguape, a justificativa veio de que no período ele estava finalizando a aquisição do terreno, descrito por conter condições naturais favoráveis para desenvolvimento agrícola

como o clima serrano e a presença de um açude que veio a servir de abastecimento do cultivo. Em adição ele esclareceu que para haver o início da atividade precisou haver algumas alterações na topografia do terreno com vistas a possibilitar a logística da produção.

Com o decorrer da atividade foram sendo feitas novas alterações, em especial com relação ao açude que teve a sua capacidade aumentada para que não houvesse risco de escassez de água direcionada a produção no período de estiagem. A proximidade com o centro urbano acaba por ser um aspecto chave para a viabilidade da produção, pois a alface segundo ele, é sensível a variação de temperatura e tem o tempo de perecibilidade relativamente curto, por conta disto a proximidade da cidade e das principais vias de acesso, acabam por serem imprescindíveis para o escoamento produtivo, tornando o transporte e acesso altamente facilitado.

O ciclo de produção do alface dura cerca de 45 dias, que são divididos por fases de maturação associadas a hortaliça, com esse processo os pés de alface permanecem sempre em contato com a água enriquecida de nutrientes havendo a triagem de cada unidade, é importante salientar o ciclo de reaproveitamento de água bem como a utilização dos rejeitos dos pés de alface para alimentação de suínos que são criados na propriedade e são usados exclusivamente para o autoconsumo, fazendo com que a produção funcione de maneira bastante eficiente e com desperdício mínimo.

Figura 20: açude utilizado na propriedade



Fonte: José Carlos Castro da Silva, 2023.

Figura 21: Reservatório de enriquecimento e reaproveitamento de água.



Fonte: José Carlos Castro da Silva, 2023.

A percepção geral do proprietário é de que existe uma certa tendência de popularização da prática hidropônica bem como de outros meios alternativos de cultivo agrícola, e isto se deve em especial por conta da maior conscientização da população acerca da preservação ambiental e preocupação com a segurança alimentar.

Como já mencionado a despeito da propriedade estar dentro da área urbana sendo possível verificar este fenômeno a partir da malha de setores censitários do IBGE de 2019, o discernimento geral exposto pelos trabalhadores da Hidroponia é de que eles estão em uma área com aspectos rurais mais dominantes, exercem o modo de vida que seria mais associável em maior nível com a realidade do campo do que com a cidade.

3.5 Síntese da análise de resultados

Os dados levantados proporcionam a visualização do dinamismo acerca do o setor agrícola maranguapense que a despeito de ter a sua importância econômica reduzida drasticamente nas últimas décadas, se perpetua como atividade promissora, principalmente através dos pequenos produtores que tem a sua

produção orientada para a subsistência, atuando em caráter familiar. O papel das cooperativas e políticas de incentivo a estes produtores têm sido fundamentais na manutenção e popularização desses núcleos produtivos favorecendo a criação de renda e maior autonomia no consumo de alimentos no município.

Para além dos casos envolvendo o espaço rural, a agricultura no perímetro urbano tem se tornado cada vez mais conhecida e valorizada como um movimento de resgate das práticas agrárias por parte da população que precisou se adequar ao modo de vida da cidade devido à rápida expansão urbana que ocorreu a partir dos anos 1970. Isto remete ao fato de que historicamente Maranguape esteve na maior parte do seu processo de formação associado a execução de práticas agrícolas que apesar de ter perdido o posto de motor econômico do município para indústria, serviços ainda faz parte do dia a dia de muitas famílias de Maranguape, com suas raízes associadas ao campo.

Acerca do espaço periurbano no município, o uso do zoneamento urbano elaborado pelo IBGE, demonstra que Maranguape ainda se encontra em um intenso processo de expansão urbana, em especial na sede onde se observou que esta faixa de transição compõe boa parte da área do distrito. São espaços que não se encontram claramente definidos, pois apesar de serem reivindicados como parte da cidade contém elementos que remetem a realidade agrária. Todavia, o que define estes espaços não deve ser classificado como um simples jogo de poder entre o rural e urbano, à medida que não pode ser descrito como produto do antagonismo do campo com a cidade, mas sim como uma faixa territorial de identidade própria que faz uso da convergência dos diferentes elementos, que compõem ambas as realidades.

A agricultura como um destes elementos pode ser observada na escala deste trabalho como um importante aspecto do espaço periurbano em Maranguape, pois ela se desenvolve em função da execução da prática agrícola ao mesmo tempo que se alia às conveniências do meio urbano, afetando todas as fases de produção até o escoamento. O potencial expressado por essa atividade não deve pois ser menosprezado, tendo em vista que o seu desenvolvimento atua sob a égide de revalorização do espaço rural, popularização dos métodos de produção agrícola alternativos capazes de produzir alimentos mais saudáveis causando menor margem de degradação ambiental e por fim inclusão social através da garantia da segurança alimentar proporcionado pelo consumo da produção local.

Reconhecemos que as atividades desempenhadas no espaço periurbano, em função de sua plurifuncionalidade e em especial, no campo da agricultura, propiciam uma melhor compreensão sobre a interação entre espaço rural e urbano, uma vez que combinados, cidade, espaço rural e o espaço periurbano são peças de um único sistema, que demandam certo aprofundamento para sua compreensão dentro de uma análise geográfica apurada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demos início a este trabalho com a desafiante tarefa de expor brevemente os conceitos de rural e urbano, tendo como intuito compreender certas indagações acerca destes espaços que a priori aparentam ser tão distintos. Para podermos nos situar, utilizamos da base bibliográfica resgatando a forma como estes conceitos podem ser interpretados e com isso vimos que existem diversas características que compõem a realidade de ambos os cenários, e que evocam a sua contraposição. Porém o que podemos destacar é que a permutação do processo de urbanização interfere sobremaneira no espaço rural, que se encontra gradativamente mais envolto sobre a influência da cidade. O que se pode aferir com isso foi, que para além das típicas diferenças associadas com a paisagem, prevalece a condição de complementaridade que é exercida por ambos os espaços.

A partir da ideia de novo rural passamos a compreender que o campo não se resume simplesmente como um âmbito das práticas agrárias, tendo em vista o conjunto de atividades de natureza não agrícola que são desempenhadas dentro dele. Um dos grandes vetores dessa mudança na perspectiva acerca deste espaço, tem partido do movimento de revalorização da paisagem rural, proporcionado o desenvolvimento de atividades de lazer e de moradia e turismo.

Com relação ao espaço urbano, observamos que a definição de cidade no Brasil perpassa por uma legislação que apresenta claras limitações e carece de critérios técnicos para constituição da delimitação da área urbana, e isso faz com que qualquer sede municipal ou distrital seja considerada como urbano mesmo tendo características rurais predominantes. Para além disso, temos que os governos locais constituídos pelas prefeituras utilizam deste critério como meio de definir quais áreas estariam sujeitas ao pagamento do IPTU e quais estariam sujeitas ao pagamento do ITR, sem a necessidade de se observar os vários elementos que vêm a compor estes espaços.

A compreensão acerca deste debate nos deu possibilidade de entender a dinâmica associada às áreas de borda da cidade que neste trabalho são denominadas de área periurbana. Este perímetro que usualmente é entendido como sendo uma área de disputa entre a influência da cidade e do espaço rural, tem como principal aspecto a plurifuncionalidade, no qual são identificados elementos de ambas as realidades urbana e rural atuando simultaneamente. A agricultura como

um destes elementos, tende a ser pressionada pelo motor de expansão da cidade, o que confere um aspecto de resiliência frente às outras atividades identificadas nestes espaços.

Sobre a periurbanização, temos ainda que este processo se mostra como consequência do caráter difuso do desenvolvimento urbano, que define a sua expansão a partir da assimilação das áreas rurais próximas à cidade, ocorrendo muitas vezes de maneira desordenada sem o planejamento necessário. Como resultado temos o movimento de ocupação destes espaços por elementos do espaço urbano, que vão gradualmente se proliferando e substituindo as atividades de caráter agrário que se encontravam presentes.

Com relação a Maranguape tomamos conhecimento acerca da rápida aceleração da urbanização do município a partir de 1970 com o estabelecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, que gerou o aumento vertiginoso da população e mudou de maneira repentina a configuração socioespacial do município. É preciso lembrar que Maranguape apresentou desde o início importante potencial para a prática de atividades agrícolas, em decorrência principalmente da serra homônima, conferindo ao município elementos naturais que foram explorados por monoculturas como o do café e da banana, apresentando uma forte queda a partir dos anos 1970 com o declínio destas produções e a intensificação nos investimentos para o desenvolvimento industrial do município.

A partir disto, Maranguape passa pelo processo de redefinição da sua economia, que até a primeira metade do século XX tinha sua receita associada majoritariamente a pela atividade agropecuária, posteriormente concentrando os investimentos no setor secundário, passando por um considerável revés em 1983 quando Maracanaú onde se encontrava o polo industrial seja desmembrado de Maranguape, fazendo com que o município entre em declínio. Houve um processo de recuperação nas décadas seguintes devido às políticas de incentivo fiscais que estimularam a instalação de novas indústrias no município, esse acontecimento em conjunto com a ascensão do setor de serviços solidificou a realidade o município contendo a grande maioria da população morando na parte urbana e desenvolvendo atividades relacionadas a dinâmica da cidade em contraste com o gradativo encolhimento da participação do setor agropecuário.

A agricultura urbana e periurbana vai se originar como meio de (re)valorização dos espaços urbanos, passando a serem utilizados como áreas de

produção agrícola com potencial para desenvolvimento diversos tipos de cultura, com o mínimo dispêndio financeiro, servindo para o autoconsumo como também podendo utilizar do excedente para comercialização e a geração de renda. Para além disso a atividade agrícola em solo urbano por utilizar de métodos alternativos mais acessíveis do que a agricultura convencional, pode ser praticada por grupos familiares de menor renda, causando menor impacto ao meio ambiente e promovendo melhores condições de segurança alimentar para a população das cidades.

Para definição da área periurbana em Maranguape se fez uso da malha de setores censitários do IBGE, tornando possível a identificação dos limites urbanos do município bem como a área de franja da cidade por meio da classificação situacional de cada setor. O perímetro que foi delineado a partir disso conta com a presença de elementos comuns aos espaços periurbanos e remete a configuração espacial do distrito sede do município.

Por meio dos dados provenientes do censo agropecuário se observou que estrutura agrícola de maranguape se compõe majoritariamente por estabelecimentos de médio e pequeno porte provenientes da agricultura familiar, as culturas permanentes e temporárias embora diversificadas são na maioria das vezes exercidas em pequenas escalas, voltadas para abastecimento do mercado interno.

Para que se fosse possível identificar o fenômeno da agricultura em solo periurbano nós selecionamos o bairro Santos Dumont que além de estar compreendido na faixa periurbana de Maranguape conta com elementos referentes a plurifuncionalidade, no qual apesar de se encontrar em grande parte cooptado pelo desenvolvimento urbano apresenta uma zona agrícola persistente caracterizado por um pequeno estabelecimento de plantação hidropônica de alface que foi densamente abordado neste trabalho, em especial através dos dados adquiridos na pesquisa de campo.

Os resultados desta pesquisa apontaram para a necessidade de se desenvolver mais trabalhos acadêmicos direcionados a este tema, bem como ações de planejamento dispostas a apostar no potencial da atividade agrícola na área de borda das cidades, partindo do pressuposto que a dinâmica do espaço periurbano quando estimulada positivamente, se traduz em ganhos imensuráveis para a sociedade e conservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras**. Geomorfologia, n. 43, p. 1-39, 1974 Tradução . . Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/AbSaber_AN_1348621_ODominioMorfoclimatico.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

ABRAMOVAY, Ricardo. **FUNÇÕES E MEDIDAS DA RURALIDADE NO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO**. Rio de Janeiro: Serviço Editorial Ipea, 2000. 31 p. (702).

Abramovay, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**, Hucitec, Campinas - SP. (1998)

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **ISTO E AQUILO: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 2016. 439 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALMEIDA, D. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. *Agriculturas – Experiências em Agroecologia*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 25-28, 2004.

ANDRADE, Manoel Correa de. *A Terra e o homem no Nordeste (contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste)*. São Paulo, Editora Atlas S.A, 1986.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 137-150, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2007000100009>.

ARRUDA, Luciene Vieira de. *Serra de Maranguape – CE: Ecodinâmica da paisagem e implicações socioambientais*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2001.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semiárido Nordestino e do Polígono das Secas. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br/public_eletronica/downloads/OPB1839.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. Plano Diretor participativo - Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: CONFEA/Ministério das Cidades, 2004. 160 p. Disponível em < <https://bibliotecadigital.economia.gov.br>> Acesso em 26/04/2023.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CARDOSO, Maria Mercedes & FRITSCHY, Bianca Argentina. Revisión de la Definición del Espacio Rururbano y sus Criterios de Delimitación. Contribuciones Científicas GEAEA. V. 24, p. 27-39. 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade: O homem e a cidade A cidade e o cidadão de quem é o solo urbano?. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COOPERATIVA AGROECOLÓGICA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO CAMINHO DE ASSIS (Maranguape). **COOPERFAN - CE**. 2016. Disponível em: <https://cooperfam.com.br/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa (ed.). **FORTALEZA: TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM URBANA**: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. Cap. 1. p. 29-142.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periferia Urbana. Geosul, Florianópolis, SC., v. 1, n. 2, p.70-78, 1986.

CORRÊA, R. L. O Espaço urbano. 4ª ed., São Paulo: Ática, 1999 (Série Princípios)

CORRÊA, Carina Júlia Pensa; TONELLO, Kelly Cristina; NNADI, Ernest; ROSA, Alexandra Guidelli. SEEDING THE CITY: history and current affairs of urban agriculture. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-20, 14 nov. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180075r1vu202011ao>.

ELIAS, Denise, A modernização da produção agropecuária. In:ELIAS, Denise (Org.); com a colaboração de Adriana Marques Rocha. Et. Al. Fortaleza: FUNECE, 2002 _____.A Atividade agropecuária do Estado do Ceará no contexto da globalização. In: AMORA, Zenilde Baima (Org.). Ceará: Enfoques geográficos. Fortaleza: Funece, 1999. p. 43-72

FAVARETO, Arilson & WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Singularidade do Rural Brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. Relatório final do projeto “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil”. Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola – IICA. Brasília, Fevereiro/2013

Ferreira, R. J. (2013) **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas**: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e

Vitória de Santo Antão/PE, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco.

FREITAS, C. S.; PEQUENO, L. R. B. Produção Habitacional na Região Metropolitana de Fortaleza na década de 2000: avanços e retrocessos | Housing provision in Fortaleza during the 2000s: progress and setbacks. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 45, 2015. DOI: 10.22296/2317-1529.2015v17n1p45. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4843>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FURTADO, F.G.. A Gestão Urbana e Regional e as Áreas de Interface Periurbana. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém. Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007.

GOMES, Iara Rafaela. Agricultura e urbanização: novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

GOMES, Iara Rafaela; PINTO, Deborah Amorim Noberto. O URBANO, O PERIURBANO E O RURAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA. **Sociedade e Território**, Natal,, v. 33, n. 2, p. 113-137, maio 2021.

HANS-RUDOLF, P.; SEYDON, N. **Use of waste water in urban agriculture in the dakar area**, senegal: an interdisciplinary study towards sustainability. IDRC, 2004.

HARVEY, David. Direito à Cidade. 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

HECK, M. A.; HECK, A. R.; COLUSSO, I. Aplicação de instrumentos do Estatuto das Cidades nos planos diretores: incorporação do conceito de mais-valias. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2018.

IBGE. Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Maranguape/CE: Infográficos: dados gerais do município. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=230770&search=ceara|maranguape|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 10 de setembro de 2023 .

IBGE. Maranguape/CE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230770&idtema=103&search=ceara|maranguape|produto-interno-bruto-dos-municipios-2010>. Acesso em: 26 de abril de 2023.

IBGE. Maranguape/CE. População. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maranguape/panorama>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

IBGE. Maranguape/CE. Projeção da população 2018: Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresmimos/conceitos.shtm>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO AGRO**: malha censitária. MALHA CENSITARIA. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/26573-2000-malha-censitaria.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ – IPECE . Perfil básico municipal. **Maranguape**, Fortaleza, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ – IPECE . Perfil básico municipal. **Maranguape**, Fortaleza, 2012.

IPEA. Mercado de Trabalho. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

IPECE. Indicadores Sociais do Estado do Ceará. Disponível em :http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Indicadores_sociais_ceara_2015.pdf. Acesso em 14 de agosto de 2023.

KAGEYAMA, Angela A. Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

LIMA, Daniel Cassiano. **A BANANICULTURA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DE MARANGUAPE-CE E SUAS IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE FÍSICO, HUMANO E NA BIODIVERSIDADE**. 2005. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MACHADO, Altair Toledo. **Agricultura Urbana**. Planaltina, Df: Embrapa Cerrados, 2002. 23 f.

MADALENO, I. M. A Cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. 193 p.

MARANGUAPE. Seagri. Prefeitura de Maranguape. **Agropecuária maranguapense**. 2022. Disponível em: <https://maranguape.ce.gov.br/tag/seagri/#>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MARQUES, G.; GOMES, I. O desenvolvimento sócio-espacial da agricultura urbana e periurbana (AUP) na cidade de Fortaleza, Ceará. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 41, n. 1, 2021. DOI: 10.5216/bgg.v41.66389. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/66389>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MELO, L. P. **OS BENEFÍCIOS DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA PARA A SUSTENTABILIDADE DA CIDADE DE MACAPÁ-AP.** Maceio: Pluris, out. 2016. Anual.

MENDES, Marília Colares. **METROPOLIZAÇÃO E INDÚSTRIA: MARANGUAPE NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA-CE.** 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** 2010.

MOURA, Juliano Avelar; FERREIRA, William Rodrigues; LARA, Luciene de Barros Lorandi Silveira. AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: agriculture urban and periurban. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 69-80, abr. 2013.

Mougeot, L. J. A. (2000) Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks, in: N. Bakker, M. Dubbeling, S. Gündel, U. Sabel-Koschella, e H; Zeeuw, (ed.), Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. Feldafing: Deutsche Sitffung für Internationale Entwicklung, p. 1-42

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. AGRICULTURA EM ÁREAS METROPOLITANAS. In: MENEZES, Ana Virginia Costa de; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira (org.). **LINHAS GEOGRÁFICAS:** series de dissertações. Aracaju: Npgeo/Ufs, 2001. p. 33-184.

OLIVEIRA, Marcelino Francisco de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. CAMPO/CIDADE-RURAL/URBANO: OS EQUÍVOCOS NA DELIMITAÇÃO E NA LEITURA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-10. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1123_1.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **A metrópole híbrida:** o papel do turismo no processo de urbanização da região metropolitana de Fortaleza. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-13012012-160306/>. Acesso em: 25 out. 2023.

PEREIRA, A. S.. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano. **Terra Plural**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 287-304, 2013. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/terraplural.v.7i2.0007>.

PONTE, Fernanda Marques de Sousa. **Org.ânica**: centro de agricultura familiar de maranguape. 2018. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

Portes, Bruno & Portes, Nascimento & Travassos, Luciana. (2017). Discutindo o rural metropolitano: uma revisão dos conceitos de rural e periurbano.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO (PDDU). Plano estratégico. Governo do Estado do Ceará, Prefeitura Municipal de Maranguape, Maranguape, 2000.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1996) Cultivando mejores ciudades.

RIGOTTO, Raquel Maria. O “Progresso” chegou. E agora? As tramas da (in) sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. Tese (Doutora em Sociologia). Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2004.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993a. Disponível em:
https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf

SILVA, Cátia Antonia da. Espaço e tempo em Milton Santos: Alguns elementos para a reflexão da História Social do Território. *Intellectus*, [S. l.], v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27661>. Acesso em: 02 out. 2023.

SOUZA, Marcos José Nogueira. Geomorfologia, in: Atlas do Ceará, SEPLAN, 1989. _____ . Zoneamento Ambiental e plano de Gestão da Apa de Maranguape – CE. Fortaleza: SEMACE, 1983, 120p.

SOUZA, M. L. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

Travassos, Luciana & Ferreira, Renata. (2016). O PERIURBANO E O RURAL METROPOLITANOS: DESAFIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR REGIONAL DO GRANDE ABC.

VALE, Ana Rute do. **EXPANSÃO URBANA E PLURIFUNCIONALIDADE NO ESPAÇO PERIURBANO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)**. 2005. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

]

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS QUESTÕES: ENTREVISTA COM OS FUNCIONÁRIOS DA HIDROPONIA

1. A quanto tempo vocês trabalham nesta atividade?
2. Qual o tamanho da propriedade em hectares?
3. Qual tipo de produção vocês comercializam?
4. Qual o local de origem de vocês?
5. Qual o rendimento retirado desta atividade?
6. Vocês recebem algum auxílio do governo ou ONG referente a esta atividade?
7. Qual técnica de manejo com o solo e estratégia de cultivo vocês exercem?
8. Qual a quantidade que vocês conseguem produzir e comercializar em média por mês?
9. Vocês produzem para o autoconsumo?
10. Vocês consideram esta atividade promissora?
11. Qual o alcance que a atividade exerce quanto ao público consumidor (Vem pessoas de fora de Maranguape para comprar)?

12. Quantas pessoas estão envolvidas nesta atividade?

13. O que motivou o início da atividade comercial de vocês?

14. Qual a vantagem que vocês percebem ao exercer a agricultura em solo urbano próximo da cidade?

15. Qual a periodicidade da produção? Existem culturas temporárias?

16. Vocês constatam que existe alguma tendência de popularização da produção agrícola urbana em conjunto ao aumento de interesse das pessoas para o consumo de alimentos provenientes de meios de produção alternativos?

17. Com relação a propriedade, vocês pagam IPTU ou ITR?

18. Vocês se sentem mais relacionados à realidade rural ou urbana?